

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A ERA PENDULAR: UM RECORTE POLÍTICO-ECONÔMICO DOS
ANTECEDENTES, CONSEQUÊNCIAS E DESDOBRAMENTOS DA
“REVOLUÇÃO DE 1930”**

RAFAEL ALVARENGA
matrícula nº: 106028502

ORIENTADOR(A): Prof. Almir Pita

MAIO 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A ERA PENDULAR: UM RECORTE POLÍTICO-ECONÔMICO DOS
ANTECEDENTES, CONSEQUENCIAS E DESDOBRAMENTOS DA
“REVOLUÇÃO DE 1930”**

RAFAEL ALVARENGA
matrícula nº: 106028502

ORIENTADOR(A): Prof. Almir Pita

MAIO 2020

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)

Dedico este trabalho a minha devotada esposa, a meus futuros filhos e a meus familiares, que tanto contribuiu para minha formação e me apoiaram nessa longa trajetória de construção desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Conceição, e meu pai, Sirley, pela insistência em ver esse trabalho concluído e por não desistirem desse ideal, nem quando eu fiz parecer abandoná-lo. Estendo esses votos a minha irmã, Rebeca, cunhados e demais membros da família, que me suportaram nessa longa caminhada. Destaco meu primo e amigo Felipe, que muito me apoiou na parte final da caminhada.

Agradecimento notório e extremamente importante estendo a minha amada esposa, Livia e a Eliane, minha segunda mãe e sogra, por todo apoio moral e psicológico dado na fase escrita, dedicando-se a mim com enorme fidalguia.

Ao amigo Sr. Eraldo, que tentou por mais de uma vez ao longo desses longos 9 anos, me estimular e motivar a não desistir e vencer esse desafio.

Ao meu orientador Almir Pita, por durante seu merecido período de descanso, após longos anos servindo a nossa tão querida instituição, encontrar tempo e perseverar com um aluno tão complexo, sempre sendo extremamente atencioso e paciente, me possibilitando evoluir e crescer durante esse processo.

Em adição agradeço a professora Kelli e a professora Leonarda, primeiramente pelo aceite em ser da minha banca e a posteriori pelo carinho expresso pelo trabalho que desenvolvi e por suas colaborações que foram devidamente incorporadas a essa monografia. Ressaltando que os possíveis erros ainda existentes são de minha responsabilidade.

Por último, e talvez seja o agradecimento mais importante, a Carlos Leba, sogro, pai, amigo, tão amável e amador, com quem tive longas conversas e tardes de pesquisa sobre o período estudado. Sua paciência e determinação em me motivar a nunca desistir de um projeto pelo caminho me fizeram entender que eu era capaz de fazer um belo texto, como humildemente pretendo apresentar.

A todos os citados meu muito obrigado e meu amor, carinho e dedicação,

Rafael Alvarenga.

RESUMO

O objeto desse trabalho é analisar eventos políticos, econômicos e sociais ocorridos no período de 1930 a 1937 que se relacionam ao ensejo e aos desdobramentos da “Revolução de 30”. Para o entendimento dos estágios políticos pré e pós-Revolução, respectivamente República “Velha”, Governo Provisório e Constitucional, foram descritos os eventos que embasaram as propostas do Manifesto da Aliança Liberal e, por consequência, o discurso de posse de Getúlio Vargas em novembro de 1930, assim como suas relações com o texto constitucional de 1934 e ações governamentais entre os períodos 1930-34 e 1934-37 e o que acontece para chegarmos a um pico autoritário com a implementação do Estado Novo. As hipóteses da pesquisa advogam que a complexidade em aglutinar interesses políticos, econômicos e sociais de grupos heterogêneos estão na raiz do prolongamento do Governo Provisório e a brevidade do estágio Constitucional, assim como na adoção de um nacionalismo autoritário verificado em Vargas e na “oscilação pendular” em torno do processo de democratização. Esse trabalho se subdivide em três capítulos: A “República Velha”, “Governo Provisório” e “Governo Constitucional”, além de introdução e conclusão. Trata-se de uma pesquisa descritiva, amparada na revisão bibliográfica de textos clássicos sobre o período e na análise de documentos como a pauta programática da Aliança Liberal, o discurso de posse de Getúlio Vargas e a Constituição de 1934. O objetivo é construir o entendimento dos movimentos que alicerçam a Revolução. As conclusões alcançadas foram a de que a política no Brasil e no recorte estudado foi pendular - o pêndulo democrático inicia na “República Velha”, oscila em forma de golpe, avança com o governo Constitucional e culmina no Estado Novo. Constatamos ainda um desenvolvimento do nacionalismo baseado no autoritarismo, que acomodou as demandas conhecidas e correntes contraditórias desde as décadas passadas, convencendo grande parte do sistema político nacional de que o Estado Novo era a única saída para a manutenção dos direitos adquiridos e dos avanços econômicos até então insipientes. Além de conclusões diretas sobre o ritmo, a forma e o alcance das propostas complexas do governo revolucionário que os convidou a descobrir a partir dessa leitura.

PALAVRAS-CHAVE: economia cafeeira, revolução, autoritarismo e pendularidade.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
I. CAPÍTULO - A “REPÚBLICA VELHA” OU DE COMO AS FÓRMULAS SE ESGOTAM.....	10
I.1 – Uma introdução: a história da “República Velha”	10
I.2 – Crise do sistema oligárquico e da economia agroexportadora.....	21
II. CAPÍTULO - GOVERNO PROVISÓRIO, DA REVOLUÇÃO A CONSTITUINTE	31
II.1 – A identificação da Pauta Revolucionária. Os eixos econômicos e políticos	31
II.2 – As conexões com a Agenda Social.....	36
II.3 – A “Revolução de 1930” e suas inquietações	43
III. CAPÍTULO - GOVERNO CONSTITUCIONAL, UM SOPRO DE DEMOCRACIA.....	49
III.1 – Retorno à Democracia. De como afinal as Constituições são como manto.	49
III.2 – Pormenores Políticos: A eleição indireta, a Constituição nascida morta, a pauta revolucionária com o tempo e a Economia em outro plano.	56
III.3 – Preparativos para a eleição de 1938 e o golpe.....	64
CONCLUSÃO.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

INTRODUÇÃO

A Era Vargas, como ficou conhecido o intervalo entre os anos de 1930 a 1945 no qual Getúlio Vargas presidiu o país de forma ininterrupta, foi um período em que ocorreram diversas transformações econômicas, políticas e sociais no Brasil e no cenário internacional. Ela se inicia com o episódio popularmente conhecido como “Revolução de 30”, que retirou Washington Luiz do poder e impediu a posse de Júlio Prestes, rompendo, desta forma, o ciclo oligárquico de poder.

O mote para a construção desse trabalho monográfico foi estudar um recorte desse período de relevância para a cena – 1930-37, entremeado com as influências de conjunturas e forte abalo internacional, com impactos em diversas economias, quando ainda se viam como recorrentes a discussões sobre a questão trabalhista e o consequente modelo de direitos que a acompanharia.

A proposta desse trabalho é analisar, nos estágios do Governo Provisório e do Governo Constitucional, a pauta programática do Partido da Aliança Liberal em face da vocação revolucionária que irá assumir, contraponto que busca nos discursos de Getúlio Vargas, especialmente os de posse (1930 e 1934), reconhecer se entre o discurso e a prática há a correspondência devida para nos indicar a complexidade do período precedente - a “República Velha”, a provisoriedade do primeiro estágio e a fugacidade do modelo constitucional do segundo.

A abordagem levará em conta os Eixos Político, Econômico e Social, pelo pressuposto de inter-relacionamento entre os mesmos, tentando reconhecer a capacidade de execução da referida pauta ou mesmo da agenda revolucionária frente ao recorte de tempo observado, a partir da compreensão da complexidade da cena política e da requisição técnica acerca das questões econômicas, ao mesmo tempo em que o reconhecimento da dimensão social estivesse afetado pelos Eixos precedentes.

Buscando suportar a construção das hipóteses a serem respondidas por esse trabalho, apresento as próximas argumentações: 1) A partir do reconhecimento da intensidade política da década de 1920, entende-se a complexidade da pauta defendida na eleição pelos candidatos da oposição, os mesmos que ascenderam ao poder através da “Revolução”, nos levando a buscar o entendimento do cronograma de implementação dessas propostas; 2) O cumprimento de uma agenda ligada a pujança vivida na década anterior justificaria a busca por diversas estratégias de governo, justificando a defesa de um movimento pendular, usando de ferramental retórico e de autoritarismo burocrático a conveniência do executivo; 3) É preciso refletir sobre o quanto do Programa da Aliança Liberal era produto de um estudo qualificado ou apenas um aglomerado de temas pulsantes entre insatisfeitos e esperançosos, admitindo que a grandiosidade da proposição

não caberia em um curto período de Governo, concluindo assim que a elasticidade de tempo já fazia parte do esforço revolucionário; 4) A conclusão do argumento anterior, seria um farol para os períodos que se sucederiam, especialmente porque as inquietações políticas – nacionais e internacionais, não cessariam; 5) Se em ambiente institucional já dominado pela vocação centralista, com o alerta de que o manejo da legalidade está em reconstrução, temos que a instalação da agenda revolucionária se estende no tempo, e aqui o aspecto conciliador e não raro contraditório do Executivo se verá em teste para insatisfações democráticas que virão ao longo do período.

O encadeamento do desafio se vê a partir do adiante transcrito recortado do programa da Aliança Liberal, retirado de BONAVIDES e AMARAL (2002, 140):

O estudo refletido da história nos patenteia uma verdade, igualmente pela razão e pela ciência da política demonstrada. Na luta eterna da autoridade com liberdade, há períodos de ação, períodos de reação e, por fim, períodos de transação, em que se realiza a conquista da civilização.

Com base nessa estrutura, aponto as questões, central e periféricas, a entender durante o estudo: 1) A forma, o ritmo, o alcance e a complexidade das propostas da pauta da Aliança Liberal refletem as aspirações revolucionárias, justificando o prolongamento do Governo Provisório e a brevidade do Governo Constitucional? 2) Ampara a adoção de um nacionalismo autoritário verificado em Vargas? 3) Defende também a oscilação em torno da democratização defendida pelo movimento pendular?

As teorias sobre nacionalismo autoritário e movimento pendular foram extraídas da leitura de REIS (1988, 189, 191 e 194), respectivamente:

(...) coloca-se a tradição teórica que vê a consolidação de ordens autoritárias ou liberais como essencialmente derivadas de um dado legado cultural. Algumas das interpretações corporativistas se enquadrariam perfeitamente aqui. O impacto de ideologias de construção de Estado nacional tende a ser percebido como um dado a priori que conforma toda a evolução do Estado: ora é a ‘tradição latina’ que favorece o autoritarismo, ora é o ‘ethos ibérico’ que inspira ordens antidemocráticas, etc.

Contudo, foi somente durante o primeiro período republicano que projetos de construção da nação adquiriram maior especificidade, e somente com o experimento da modernização autoritária, sob Vargas (1930-45), uma ideologia nacional ganhou maior relevância na política.

Depois da Revolução de 30, o regime Vargas levou à frente, pelo alto, um projeto modernizante que trouxe tanto a construção do Estado como a da nação para um primeiríssimo plano.

Esta monografia foi baseada, principalmente, em livros dos autores clássicos, já consagrados pela historiografia, que tratam da Era Vargas. Também foram utilizados manuais de história econômica brasileira para suporte na contextualização, utilizou-se também artigos, sites e teses de mestrado que abordam o período com olhares diferentes.

Esse trabalho se subdividirá em três capítulos: o primeiro se intitula A “República Velha” ou de como as fórmulas se esgotam, seguido de outros dois que trataram do: Governo Provisório, Governo Constitucional, além de introdução e conclusão.

O primeiro capítulo tratará sobre o período da “República Velha”, com o intuito de contextualizar o cenário para a “revolução de 1930”. Dividiremos em: Uma introdução: A “República Velha” e crise da política oligárquica e da economia agroexportadora.

O objetivo do segundo capítulo é analisar o Governo Provisório, a partir do marco supracitado, passando pela crise político-econômica do período, e das concessões socio-trabalhistas que se iniciam nos levando a constituição de 1934. Divide-se em: A identificação da pauta revolucionária. Os eixos econômico e político; as conexões com a Agenda Social e a “revolução de 1930” e suas inquietações.

Já no terceiro capítulo cuidaremos do Governo Constitucional na perspectiva de se reconhecer o esforço redemocratizante ao mesmo tempo em que se tenta identificar a sua fugacidade como que relacionada aos embaraços do ambiente político que se mostrará em seguida como atrativo para um debate ideológico efervescente, observando como a constituição de 1934 impactou o período e o que levou à mudança de rota tão rápida e que culminou no texto de 1937. Subdividir-se-á em: Retorno à democracia. De como afinal as Constituições são como manto; Pormenores Políticos: A eleição indireta, a Constituição nascida morta, a pauta revolucionária com o tempo e a Economia em outro plano e preparações para eleição de 1938 e o golpe.

Por fim, a Conclusão buscará responder aos questionamentos propostos ao longo da introdução, levando em conta a análise do período estudado nesta monografia.

I. CAPÍTULO - A “REPÚBLICA VELHA” OU DE COMO AS FÓRMULAS SE ESGOTAM

O primeiro capítulo desse trabalho busca expor o cenário de ascensão e esgotamento do modelo político-econômico brasileiro, ou seja, o fim da política oligárquica e as oscilações da economia agroexportadora, que culminam na queda do sistema. Acrescentando que em meio a essa atmosfera rural, emergia socialmente a figura do operário urbano, e as indústrias onde eles se alocaíam.

I.1 – Uma introdução: a história da “República Velha”

Essa subseção busca falar sobre a ascensão da burguesia cafeeira, sua representatividade política, e suas flutuações, fazendo um recorte do período inicial da República brasileira, não ignorando o fato do advento do movimento urbano-industrial ainda sob essa atmosfera.

A busca por contextualização se amolda à importância do que se tem por Era, na tentativa de se fazer melhor compreender, não se ignora que mesmo que se reforcem a tais pormenores há de se impor um freio à elasticidade que irá remoer a seus antecedentes, embora a história possua o magnetismo de nos levar sempre em retorno, ao que chamaremos de delimitação do objeto de estudo que, no caso, partirá, ainda que em apartada síntese, da 1ª Guerra Mundial, entremeando-se os cenários políticos, econômicos e institucionais das ambiências nacionais e internacionais.

A Primeira Guerra Mundial (1914-18) acabou sendo responsável por uma série de mudanças econômicas, sociais e políticas no Brasil, em especial pelas condições de crescimento do setor fabril, ao que se poderia atribuir a uma espécie de surto industrial, correlacionando-se a uma promoção do desenvolvimento urbano do sudeste do país e ao fortalecimento relativo de alguns grupos sociais, como a burguesia industrial, a classe média urbana e o operariado.

O que está sob ameaça com as mudanças descritas é o concebido por “República Velha”, a República das oligarquias agrárias, que outrora alternativa à centralização política do regime monárquico e precursora do sistema federativo, mas que indutora do controle das ‘máquinas eleitorais’, que não dava ao cidadão comum a liberdade de participação no processo, a despeito da adoção de um modelo dito por liberal e democrático ao abrigo da Carta Política de 1891.

Estamos aqui, em aparente anacronismo, agravado por um falacioso universalismo político que excluía mulheres, analfabetos, mendigos e outros, onde as exceções superavam a regra geral, avultando a capacidade de influência das famílias oligárquicas aglutinadas nos Partido Republicano Paulista e Mineiro (PRP e PRM), diante de um projeto de continuísmo na chefia do Executivo, segundo FAUSTO (1995), os dois representantes das supremacias agrárias firmaram sua parceria

eleitoral em 1898, tendo períodos de divergência entre 1909-13, 1918 e depois em 1929, o autor também não subvaloriza a importância política do estado do Rio Grande do Sul na política dos Governadores, corroborado por FRITSCH (1995).

Durante o seu percurso, vivenciaria a instabilidade política e social em diferentes locais do território, que inclusive se via como objeto de disputa remanescente em diferentes regiões fronteiriças, a reclamar esforços, inclusive financeiros, para a pacificação da República, curso ainda no qual se veria uma queda acentuada do preço do café nos mercados internacionais. Além de uma sensível baixa da taxa cambial do mil-réis, situação em que o Brasil chegou a uma quase falência ao se ver impossibilitado de amortizar sua enorme dívida eterna¹.

Mas afora as questões urbanísticas e de saneamento², que avançam em um país de contradições, necessário se torna retomar a ênfase na política de valorização do café, uma vez que a expansão cafeeira e sua importância como elemento de recuperação econômico financeira do Brasil, também será o vínculo mais substancial como fator de reintegração da economia brasileira nos mercados internacionais – o que se explica como responsável por uma certa acumulação de capital, sendo certo que parte desse capital foi empregado na indústria, principalmente a partir de 1870, construção feita a partir de FAUSTO (1995).

Pouco provável, assim, que a expansão do modelo agroexportador para este produto em específico fosse motivo para acanhamentos por longo período, conforme se vê do quadro abaixo³:

PRODUÇÃO MUNDIAL DE CAFÉ EM SACAS DE 60 kg		
ANOS	BRASIL	OUTROS PAÍSES
1890	4 405 000	4 015 000
1891	5 525 000	3 760 000
1892	7 695 000	4 245 000
1893	6 535 000	4 740 000
1894	5 040 000	4 360 000
1895	7 235 000	4 530 000
1896	6 005 000	4 390 000
1897	9 315 000	4 600 000
1898	11 210 000	4 840 000
1899	9 320 000	4 405 000
1900	9 425 000	4 380 000

(Documentos parlamentares: valorização do café, I. p.401. In CARONE, Edgar. A República Velha, p.30.)

¹ Conforme HILBERT (2010), na quadra de 1898 – 1902, Campos Sales se viu obrigado a buscar negociações com a casa bancária Rotschild & Sons e os demais credores do Brasil. Por este acordo, conhecido por *funding loan*, um tipo de moratória onde o país fazia empréstimos e postergava o pagamento da dívida, fazendo concessões aos banqueiros internacionais.

² Vejamos aqui a Revolta da Vacina (1904) e a incompreensão do que era necessário sanear.

³ Destacamos que de 1880-90 nossa produção cafeeira variou entre 4 e 6 milhões de sacas, enquanto a mundial oscilou entre 3 e 4 milhões, o que viria se ampliar na última década daquele século. O cenário era promissor pela abertura do mercado norte-americano, pelos altos preços nos mercados consumidores e por alguns problemas, tais como doenças, na produção de alguns países concorrentes.

Mas a partir do início do Século XX a situação do café se tornou insustentável, crises mundiais, superprodução, com conseqüente baixa de preços no mercado externo. Muito embora, diante do fato de a taxa cambial ser baixa, a pronta afetação aos cafeicultores seria arrefecida pelo fato daqueles receberem em moeda estrangeira – de maior valor que a nossa – quando depois trocavam-na por maior quantidade de moeda brasileira, com vantajosidade para o setor cafeeiro. O que cessaria adiante com a elevação da taxa cambial para se tentar fazer frente à crise econômica que já se observava.

De FAUSTO (1995) retiramos que em 1906, de maneira a se tentar consolidar o enfrentamento da difícil situação decorrente da valorização do câmbio com a queda dos preços internacionais, é firmado por MG, RJ e SP o chamado Convênio de Taubaté – a primeira medida estatal de proteção ao café visando:

1) “Empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas”; 2) “compra por um preço conveniente à cafeicultura; 3) “criação de um mecanismo destinado a estabilizar o câmbio, impedindo a valorização da moeda brasileira”; 4) “O governo deveria comprar (...) as safras abundantes, fazendo estoques da mercadoria para vendê-la (...) no momento oportuno.”

Complemento com visões coincidentes de DELFIM NETO (1959) e HOLLOWAY (1978):

1) Obteve sucesso, estabilizando o mil réis a patamares semelhantes a 1903, quando a conjectura era mais suave; 2) Atingiu as expectativas também em relação a restrições ao plantio, alicerçando à movimentação das expectativas.

DELFIM NETO (1959) acrescenta:

1) Essa intervenção nas expectativas dos empresários, permitiu uma elevação no patamar dos preços, embasando o sucesso do plano; 2) Mostrou a capacidade de interferência no mercado mundial, e ainda a existência de credores para isso;

Arremato com HOLLOWAY (1978):

1) O aumento artificial entre 1910 e 1912, permitiu altos lucros; 2) A taxa extra foi um pequeno preço pago pelos cafeicultores comparados a os benefícios recebidos; 3) O sucesso do Estado de São Paulo a partir do convenio deve-se muito ao desejo dos credores, comerciantes e banqueiros, em recuperarem o capital emprestado; 4) O capital estrangeiros incluído no processo de compra, não assumiu riscos com crédito. Na observância dos fatos, todo crédito cedido para esse acordo fora devidamente remunerado. 5) O convênio de Taubaté não chegou a se efetivar em seu modelo de concepção.

Vale destacar retomando FAUSTO (1995) que os pactuantes não encontraram ressonância⁴ no Governo Federal e os ideais do Convênio foram conduzidos pelo estado de São Paulo que “comprou 8,2 milhões de sacas, que foram armazenadas nas principais cidades da Europa e dos Estados Unidos.” Acrescenta ainda que “era impossível manter a situação por muito tempo, sem a obtenção de um financiamento a longo prazo e de maior vulto.”

Nesse ambiente de grandes esforços na política econômica para o principal produto da matriz produtiva nacional, ainda sobre o detalhamento e alcance das medidas do referido Convênio, destacamos que a aludida Caixa de Conversão: 1) Controlava toda moeda estrangeira entrada no país – com impacto na diminuição do descontentamento da oligarquia cafeeira, no suporte a queda do preço do café, evitando a diminuição de seu nível de renda e garantindo aos exportadores o lucro certo; 2) permitia a existência de dois meios circulantes, um referido às notas da Caixa de Conversão, de livre conversão ao ouro, com taxa cambial estável, e outro ao mil reis, com taxa variável; 3) Essa duplicidade de meio circulante permitiu a adoção no país, entre 1906-14, de uma forma parcial do padrão-ouro, meta dos governos liberais, ligado às notas da Caixa de Conversão, escrito apoiado em PESSOA (2019)⁵.

Mas o ímpeto da gestão da vez (1906-09) por Afonso Pena, contará com iniciativas como a remodelação do Exército, por contribuição decisiva do Marechal Hermes da Fonseca, seu Ministro da Guerra, o que também se estendeu à Marinha. Disseminou-se a ideia de progresso do país, inclusive com incentivo à imigração⁶, o que será interrompido com a morte do presidente, sucedendo-o o então vice, Nilo Peçanha (1909-10), circunstância que precedeu a primeira eleição competitiva da “República Velha” (1910).

Experimentava-se o primeiro rompimento das relações entre São Paulo e Minas Gerais, quando os blocos políticos se organizaram a partir do alinhamento entre SP e BA, emergindo o candidato baiano Rui Barbosa, e o emparceiramento entre MG e RS, emergindo o candidato Marechal Hermes da Fonseca. Aqui, dois destaques: 1) a Rui Barbosa se atribui a campanha antimilitarista conhecida como Campanha Civilista, através da qual se pregava a necessidade de

⁴ Alerta que nos faz FAUSTO, B. *Pequenos ensaios da história da República* (1889 / 1945). In coleção “Cadernos do CEBRAP, nº 10. São Paulo, 1973. Resenha disponível em www.researchgate.net/publication, acessado em 29/3/2020. Aqui segue também um dado relevante: o então presidente Rodrigues Alves, preocupado em continuar com a política financeira iniciada por Campos Sales, não aceitou as decisões do Convênio, negando-se a estabilizar o câmbio e a proteger os cafeicultores. Todavia, as decisões foram aprovadas pelo Congresso Nacional, já na gestão do presidente Afonso Pena, mas como medida exclusiva para o estado de São Paulo.

⁵ Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/752-caixa-de-conversao>, acessado em: 29/03/2020.

⁶ Usava-se o lema “Governar é povoar”. No período, entraram no Brasil aproximadamente 1 000 000 de estrangeiros.

reformas políticas e de moralização das eleições. 2) a Marechal Hermes da Fonseca, vencedor das eleições, apesar do apoio paulista a seu oponente, conquanto ainda candidato da situação e apoiado pelo presidente em exercício, Nilo Peçanha, se insinua a ratificação da percepção acerca da mística da superioridade militar na condução dos temas nacionais em diferentes situações e períodos, o que se verá em STEPAN (1975).

E é no cenário de grande inquietação, com convulsões sociais e políticas país afora, que a gestão de Hermes da Fonseca (1910–14) estará inserida. Foram tempos de expressividade dos descontentamentos acerca dos desajustes e desproporcionais quanto ao tratamento em diferentes ambientes e relações de subordinação em uma espécie de conspiração popular, com o agravamento de influências políticas inadequadas e uma tendência ao nepotismo.

O contraponto a tal conjuntura será a diminuição da influência do político Pinheiro Machado, senador gaúcho – que até então também possuía forte ascendência sobre as oligarquias periféricas do Norte e do Nordeste. Para tanto, o presidente elaborou o que se chamou de Política das Salvações⁷, que consistia na substituição de velhas oligarquias aliadas de Pinheiro Machado por políticos e militares de sua confiança.

As tais “salvações” que ocorreram em vários estados no Nordeste foram feitas com a intervenção do Exército, o que não foi o bastante para se evitar as várias revoltas na região, destacando-se a que ocorreu no Ceará⁸.

Conflito intenso também se veria na região do Contestado, imensa área de aproximadamente 48.000 km², disputada pelo Paraná e por Santa Catarina, sendo ocupada por cerca de 50.000 camponeses e desempregados expulsos de outras regiões por latifundiários, com interesses alinhados com companhias colonizadoras – destinando seus negócios à revenda das tais terras para imigrantes Alemães, poloneses, austríacos e outros. Não tardaria para o apoio federal se alinhar com a contenção da revolta à custa de muitas mortes em confronto, o que viria a assemelhar-se à “Guerra de Canudos”.

⁷ Todo esforço descritivo da Política de Salvações, e revoltas do período foram retirados de:

https://www.historiadorbrasil.net/brasil_repblicano/governo_hermes_fonseca.htm, acessado em: 20/03/2020.

⁸ Diz-se que o conflito mais violento foi a Revolta do Juazeiro, liderada pelo Padre Cícero Romão Batista, com fortes ligações com o deputado federal Floro Bartolomeu, aliado de Pinheiro Machado. Com a derrubada dos Aciolis do governo do Ceará com a ascensão de Franco Rabelo nas eleições para governador do Estado, com o apoio e a intervenção de Hermes da Fonseca, instalou-se uma cizânia: enquanto os Aciolis fossem aliados de Pinheiro Machado, de Floro Bartolomeu, do Padre Cícero e de alguns grandes coronéis cearenses, estavam postos os argumentos para uma luta local que, ao final, levaria à renúncia de Franco Rabelo e à recondução dos Aciolis no governo do Estado, construído a partir de: https://www.historiadorbrasil.net/resumos/revolta_de_juazeiro.htm, acessado em: 20/03/2020.

Estudando FAUSTO (1995) vemos que em 1913, Pinheiro Machado apresentou sua candidatura para a Presidência da República, o que não foi aceita por SP e MG – cujo as relações estavam rompidas desde a eleição sucessória de Nilo Peçanha. Diante da reaproximação política⁹, foi indicado ao pleito do candidato mineiro Venceslau Brás, culminando com a desistência de Pinheiro Machado e a conseqüente ausência de opositor à Venceslau, vencedor do pleito enquanto candidato único.

Com a gestão¹⁰ Venceslau Brás (1914–18), legítimo representante da Política dos Governadores, retomamos ao início da abordagem, entremeada de contextos que bem fazem confirmar que as bases políticas hegemônicas, com particular ênfase regional, mantiveram-se em consonância, enquanto o modelo agroexportador do café se sustentou. Sendo sugestivo que assim se estruturassem muito mais pelo aspecto econômico do que pelo aspecto ideológico, traço que se experimentará a partir da primeira ruptura em eleições com índole competitiva, como que uma tentativa de reviravolta conjuntural.

O início daquela gestão, coincide com o início da Primeira Grande Guerra, ocasião em que se vivia uma forte vinculação econômica com a Inglaterra. Há também um desfrute de prestígio, por parte da intelectualidade, junto à França. Complementa-se a influência pela entrada dos Estados Unidos na guerra, circunstâncias precursoras do ingresso do Brasil no conflito mundial. A isso adiciona-se o afundamento dos navios mercantes Paraná, Tijuca, Lapa e Macau por submarinos alemães, ocorrido nas proximidades do litoral francês. A declaração de guerra aos impérios centrais pelo Brasil veio a ocorrer no mês de outubro de 1917.

A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial foi marcada pelo fornecimento de alimentos e matérias primas às nações da Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia), complementada com o envio de um grupo de médicos e aviadores para a Europa e com a colaboração no patrulhamento do Oceano Atlântico pela Marinha.

No plano econômico temos que a guerra levou o Brasil a diminuir as importações e a aumentar as exportações, o que permitiu um surto industrial para substituir as importações. Embasado por PRADO JÚNIOR (1990, 267) que diz: “Mas é depois da I Grande Guerra que as indústrias subsidiárias se multiplicam no Brasil. (...) Os ramos principais de sua produção são: veículos motores, produtos farmacêuticos e químicos, aparelhamento elétrico, alimentação

⁹ A reaproximação receberia o nome de Pacto de Ouro Fino, local da reunião do ajuste, informação retirada de FAUSTO (1995).

¹⁰ Análise feita a partir de: Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/venceslau_bras, acesso em: 10/04/2020.

(farinhas, conservas, etc)”. O crescimento da indústria traria um significativo aumento do número de operários, logo em lutas reivindicatórias por melhores salários e melhores condições de trabalho, higiene nas fábricas, assistência médica adequada, proteção ao trabalho da mulher e do menor, diminuição das horas de trabalho e a regulamentação dos seus direitos – em última análise, melhores condições de vida, complementando com FRITSCH (1995) teremos que os impactos do período belicoso foram sentidos na balança comercial, na indústria do café e na receita com impostos. As medidas emergenciais tomadas serviram para aliviar, mas conforme se percebera a extensão do conflito tornaram-se ineficazes.

As ‘greves operárias’ traziam em sua maioria estrangeiros (italianos, espanhóis, portugueses e outros) com pressões pela criação de uma política salarial favorável às classes trabalhadoras, sendo o caso de se ressaltar que nesta época não havia salário mínimo e os patrões aumentavam ou diminuía os salários quando bem entendiam, vez que os salários não correspondiam ao custo de vida, que aumentava constantemente¹¹. Diante de tais dificuldades – a insuficiência do poder aquisitivo, restava que ao trabalho tivessem de ir as mulheres e as crianças em esforço complementar, redação desenvolvida a partir do estudo de GOMES (2005) e FAUSTO (2015).

Convém lembrar que ainda estamos diante de uma estrutura política alinhada com as oligarquias agrárias, muito embora com trejeitos fabris e com uma malha social a esta altura diferenciada¹², as mesmas que farão sucessor de Venceslau Brás, pela segunda vez, o paulista Rodrigues Alves, acometido por uma enfermidade que o leva à morte – substituído interinamente por Delfim Moreira, seu Vice-Presidente. Em novo acordo entre SP e MG, em eleição contra Rui Barbosa, em reedição à campanha Civilista, sai vencedor o paraibano Epitácio Pessoa, FAUSTO (1995) destaca que esse pleito merece destaque tendo em vista que Barbosa vencera no Distrito Federal e obteve mais de 30 por cento dos votos, demonstrando assim o interesse das novas classes sociais das cidades em desenvolvimento.

¹¹ De 1914 a 1916, o custo de vida aumentou 16%, enquanto os salários aumentaram apenas 1%, dado extraído do site: <http://carlosfatorelli27013.blogspot.com/2017/07/a-greve-geral-de-julho-de-1917-o.html>, acessado em: 28/03/2020.

¹² Uma das maiores greves ocorridas no Brasil até 1930 começou em 1917, numa fábrica de tecidos localizada na Mooça, um bairro operário de São Paulo. A greve se propagou por várias cidades do interior do Estado e por outros estados do Brasil, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os operários reivindicavam 20% de aumento salarial. Voltaram ao trabalho após 30 dias de greve, mediante promessa dos empresários e do governo de atenderem as suas reivindicações. Esta greve não foi a última. Tendo no período entre 1917-21 muitas greves, principalmente no Estado de São Paulo e no Rio de Janeiro, texto produzido a partir da leitura de BIONDI, L. *A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas*.

No dizer de SANTOS (2007, 2): “(...) a conjuntura propiciou aos movimentos espontâneos e organizativos, a ascensão ou os sinais de organização de grupos, corporações e instituições que farão presença e até fôlego civil à república inaugurada”.

Em sua visão, os agitados anos serviram também para demarcar o fortalecimento oligárquico em seu característico poder local e regional, não obstante resultado de uma “arquitetura do controle político do mundo agrário cafeeiro e agroexportador”. Terá no cenário do jogo político dos anos 1920 a ascensão das indústrias, até o momento menos relevantes. Já sendo possível observar que políticas de defesa ao setor agroexportador geravam descontentamento, por serem priorizadas frente aos pleitos dessa insipiente categoria, profissional e empresarial.

Portanto, a ambiência da Primeira Guerra Mundial, acabou por potencializar uma série de mudanças econômicas, sociais e políticas no Brasil – sobretudo com o crescimento do setor fabril e uma espécie de surto decorrente. Sobre a industrialização desse período PRADO JUNIOR (1990, 290) acrescenta: “(...) Mas será no correr da I Guerra Mundial que toma largo impulso em virtude da perturbação sofrida pelo comércio internacional e dificuldades de abastecimento (...). A produção interna teve que suprir suas falhas.” A interação que se assistiu se relacionou com a promoção do desenvolvimento urbano do sudeste brasileiro e o fortalecimento relativo de alguns grupos sociais urbanos, como dito, a saber: burguesia industrial, a classe média urbana, o operariado, de acordo com GOMES (2005).

A contestação da ordem vigente se intensificou com tais seguimentos, tendo por pano de fundo as mudanças do modelo econômico até então experimentado. Coadjuvado com o modelo político de matriz geradora de privilégios, caracterizado pela manipulação eleitoral e exclusão às pretensões representativas que inibia a chegada ao poder de outros seguimentos, especialmente aqueles que oriundos da classe média. Essa ascensão seria o caminho para o enfrentamento das mazelas sociais e da incapacidade de formulação e execução de políticas públicas abrangentes e eficazes.

As contestações e pressões destes grupos, somadas aos movimentos armados da juventude militar do Exército – conhecido por Tenentismo - e às dissidências no seio da classe dominante, provocaram, no campo político, o que se tem por “o declínio do poder das oligarquias”, notadamente o das oligarquias cafeeiras. SANTOS (2007) destaca que a centralidade da proposta trazida pelo movimento dos jovens militares seria o resgate¹³ da “ética e a moralidade, elementos que, segundo o movimento militar tenentista, foi a fonte para a crise republicana”.

¹³ “Se as urnas mentem, que em seu lugar falem as armas”. (pensamento tenentista).

É a percepção acentuada por STEPAN (1975) de que a trajetória nacional brasileira tem nos arroubos da posição militar, em especial no Exército, a vocação messiânica¹⁴ e a pré-disposição em se fazer tutelar aos rumos mais adequados para a nação, o que, no caso específico, virá a ser de fato uma espécie de catalisador para os eventos políticos que viriam a ocorrer no país dali em diante.

Apoiado em FAUSTO (2015), de 1924 adiante, apresentam-se as características básicas do movimento político-militar, em contestação às superadas instituições da “República Velha”, a saber: 1) Os jovens oficiais posicionavam-se como responsáveis pela regeneração nacional, portadores da transparência necessária para atuar em nome do povo inerte e infeliz; 2) O levante seria para o povo e não dele, ou seja, pregavam a elitização; 3) Pregavam por um nacionalismo inconsistente, de importância relativizada, ocupando-se apenas de combater a influência do capital externo; 4) Visavam um Governo Federal mais forte, em relação aos governos regionais, sendo pautas prioritárias a reforma do ensino, do sistema tributário e eleitoral.

Ainda embasado em FAUSTO (2015), o que se tem para a Década 1920-30, marcada por revoltas armadas¹⁵ e contestações sócio-políticas em todos os níveis, são os componentes preponderantes, paulatinamente encadeados, para o que se chamará de Revolução de 30. As agendas acima descritas, ainda que incipientes, viriam a compor o principal impasse das instituições políticas da “República Velha”. O já inaceitável domínio oligárquico, foi alvo de questionamentos, inclusive frente a própria cúpula do Exército, diante da não conformidade em se ver aquela estrutura sujeita a um regime considerado corrupto.

Mas eis que sem base militar – uma vez que tidos por rebeldes - e sem o apoio popular que se buscou angariar para se chegar ao poder, os tenentes se ligaram às oligarquias dissidentes que seriam os líderes da Revolução de 1930, agora como braço armado da revolução. Os traços dessa aliança têm na organização política supracitada para além da burguesia industrial, a classe média urbana, o operariado, e a revolucionária juventude oficial do Exército, alguns setores da classe

¹⁴ Em matéria jornalística da Folha de São Paulo do dia 31/3/2020, - www.folha.uol.com.br, artigo de Igor Gielow sob o título “Isolado, Bolsonaro chora e busca apoio entre militares contra crise”, temos uma alusão a um comentário de um político, acerca das possibilidades de manejo e influência institucional das Forças Armadas em meio à crise sanitária – e econômica, com possíveis desdobramentos na ordem institucional, assim consignado: “(...) está no DNA militar brasileiro a ideia de tutela sobre o poder civil, vide a sucessão de intervenções e golpes”.

¹⁵ O Movimento revolucionário dos tenentes marcou toda a década de 20. Iniciou-se com o episódio do Forte de Copacabana, sob a liderança do Capitão Euclides da Fonseca, filho do Marechal e ex-presidente Hermes da Fonseca, ocorrida a 5 de julho de 1922, seguido de outros eventos pelo território nacional, com destaque para a Revolução Paulista de 1924 e a Coluna Prestes que, liderada por Miguel Costa e por Luís Carlos Prestes, trasladou o Brasil entre 1925 e 1927. Viria a repercutir somente como um manifesto e com a percepção de que o Tenentismo provaria sua incapacidade de conquistar o poder. Texto elaborado a partir da leitura do site: http://www.historiadobrasil.net/resumos/revolta_18_forte.htm, acessado em: 30/03/2020.

dominante, principalmente as famílias não-cafeicultoras, frente ao domínio político descrito e à política econômica do governo federal, distantes assim do foco dos privilégios, apoiado em FAUSTO (2015).

As tais oligarquias, citadas acima, formaram em seus estados, grupos de oposição e de contestação com ímpeto de luta pelo poder, muito embora não se propusessem a contestar a grande propriedade e sem incluir em suas agendas um programa de defesa dos interesses populares, no que não destoavam, majoritariamente, do pensamento liberal conservador.

Conforme se viu entre 1919-22, com base na observação dos rumos da economia do pós-guerra, ocorre uma mudança de eixo de dependência do Reino Unido para os Estados Unidos¹⁶, quando assim adquiriu empréstimos que foram utilizados: a) na política de valorização do café; b) em obras contra a seca no Nordeste; c) na criação da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, para facilitar o crédito. Alteração corroborada por FAUSTO (1995) ao afirmar que “desde a Primeira Guerra, o valor das importações provenientes daquele país”, EUA, “já superara o da Grã-Bretanha.”

Além dos esforços e ímpeto cultural do período, trecho escrito a partir da compreensão de SCHWARCZ e STARLING (2015) – onde a autêntica e genuína identidade cultural nacional vem a debate para um ideário nacionalista e de rompimento com estéticas e modelos alienígenas - abrindo flancos para novos debates políticos e sociais, ao que se chamou de Movimento Modernista, temos o aumento da inflação sem aumento de salários – inclusive dos soldos dos militares – com descontentamentos e indisposições, e a sugestiva criação da Lei de Repressão ao Anarquismo – para reprimir as revoltas operárias.

Mas a sucessão na presidência da República de Epitácio Pessoa, na segunda experiência de eleição competitiva da “República Velha”, que traria a ratificação do alinhamento entre SP e MG já tão debatido, terá a indicação de Artur Bernardes, em lógica continuísta, pois era visto como situacionista, baseado em FAUSTO (1995) que complementa, em contrapartida, à candidatura de Artur Bernardes. Os estados considerados “médios” - Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul - se articularam em torno do movimento denominado Reação Republicana, para o que lançaram a candidatura do ex-presidente Nilo Peçanha.

A vitória de Artur Bernardes, além de garantir mais uma vez a supremacia de SP e MG não superou a duas marcas: a) a circunstância competitiva pela segunda vez experimentada na “Velha

¹⁶ Construído a partir da leitura de GARCIA, E. V. *Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil: transição de poder no entreguerras, 2002*. disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292002000100001, acesso: 28/03/2020.

República”, e seu acirramento, serviram de mote para os confrontos observados durante a campanha¹⁷; b) a perspectiva de legitimidade pelo voto para a quadra de 1922-26 não seria o bastante para cessar a intensidade oposicionista, o crescimento das pressões e as lutas contra o governo.

Temos assim que aquela gestão será caracterizada sob o que se diria permanente ‘estado de sítio’ – apoiado pelas oligarquias de costume- para fazer frente às agitações políticas e sublevações de seu tempo, o que irá modular uma reforma constitucional com restrição aos direitos e às liberdades individuais, inclusive com a limitação do uso do habeas corpus, censura jornalística por meio da Lei de Imprensa e acentuação do uso de forte esquema policial para os fins de controle social e dos descontentamentos expressos por manifestações operárias e classistas.

Recorre-se a FAUSTO (1995, 315) para contextualizar a gestão Bernardes:

Extremamente impopular nas áreas urbanas, especialmente no Rio de Janeiro, lançou-se a uma dura repressão para os padrões da época. A insatisfação popular tinha raízes em um quadro financeiro complicado. As emissões feitas por Epiácio Pessoa entre 1921 e 1923 para realizar a terceira valorização do café, foram responsáveis pela desvalorização do câmbio e pela inflação.

O evento sucessório e correspondente ao período de 1926-30 foi encaminhado com mais do mesmo: ascendendo Washington Luís, candidato de MG e SP, no pleito em que o candidato gaúcho Assis Brasil foi derrotado, o qual havia se tornado líder da oposição no RS em 1923, enquanto ainda fundador do Partido Libertador, confrontando ao governador Borges de Medeiros, já em quinta eleição seguida¹⁸ e líder do Partido Republicano, analisado ainda a partir de FAUSTO (1995).

O lema central adotado por Washington Luís era “Governar é abrir estradas”, mas os percalços de capacitação estrutural requisitados no período acabariam por exigir esforços para diferentes caminhos – estes, nos eixos econômicos e políticos.

Verifica-se a partir de FRITSCH (1995) que houve continuidade da política deflacionária de Artur Bernardes. Mas, conforme se aproximava o ano de 1927, a inflação já estava sob controle e o quadro externo melhor, a partir da sustentação dos preços artificiais do café e de endividamento.

¹⁷ Se atribui como fato principal à transformação da campanha eleitoral em violenta a circunstância de o jornal O Correio da Manhã haver publicado algumas cartas nas quais eram feitas referências injuriosas ao Exército e ataques violentos à moral do Marechal Hermes da Fonseca, que apoiava Nilo Peçanha, candidato da oposição. A autoria das cartas foi atribuída a Artur Bernardes. Redigido a partir da leitura de (MACEDO, 2015).

¹⁸ Episódio que tornou iminente mais uma guerra civil naquele Estado, uma vez que o Partido Republicano Gaúcho, desde a Revolução Federalista, estava no poder. A pacificação veio por intermédio do Pacto das Pedras Altas – ajustando-se que não haveria mais reeleição para o governo do Estado – com chances para o Partido Libertador. Análise feita a partir do site: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Getulio%20Vargas.pdf>, acessado em: 01/04/2020.

Seguir com a estratégia de valorização cambial seria um grande risco político, tendo os exportadores e a incipiente indústria de substituição de importações elevada importância na cena. Sendo assim, logo de sua posse, Washington Luís propõe ao Congresso um plano gradativo de reforma monetária. O primeiro passo foi a implementação da Caixa de Estabilização, responsável por emitir notas de alta liquidez seguindo a nova taxa de conversibilidade, replicando modelo já utilizado outrora. Tal reforma atendia a anseios tanto dos agentes políticos nacionais, quanto dos principais credores do país.

Acrescentamos que biênio 1927-28 apresentou crescimento do PIB na casa de dois dígitos, porém apoiado em pilar vulnerável, dependendo do cenário externo para sua sustentação. Valendo ainda ressaltar que o sucesso da estratégia econômica estava intimamente ligado ao grande *superávit* na captação de recursos, e que uma reversão nesse quadro acarretaria enormes dificuldades monetárias e de equalização frente ao exterior, conforme leitura de FRITSCH (1995).

Todavia, a predita reforma não chegaria a se concretizar, uma vez que, diante das pressões decorrentes da quebra da Bolsa de Nova York, ocorrida em outubro de 1929, a Caixa de Estabilização não suportou e, mais ainda, diante da crescente procura do papel-moeda da Caixa (devido a seu apregoado lastro-ouro), que coincidiu com as reduções de reservas de ouro provocadas pelo recolhimento de empréstimos feitos pelos países estrangeiros, forçou a Caixa a cessar o seu funcionamento.

I.2 – Crise do sistema oligárquico e da economia agroexportadora

Esse tópico procura elucidar os episódios que acarretaram a ruína de um modelo político de sucesso, aos partícipes, até então, em consequência, ou paralelamente, a queda de um modelo de negócio oriundo dos tempos de império.

A partir da leitura de FAUSTO (1991), é possível observar que a crise enfrentada pelo Brasil ao longo da década de 1920 era primeiramente política, afetando o sistema econômico posteriormente. Para tal afirmação vai apoiar-se na posição de WEFFORT (1980) – alinhando-se com este autor na percepção de que o período enfocado era de tranquilidade econômica, que beirou a eufúria, em especial ao longo do governo de Washington Luís, exceto por seu último ano.

De maneira a confirmar a pujança do modelo, FURTADO (2005) expõe sobre a expansão da cultura do café observada a partir do fim do século XIX e que adentra nas primeiras décadas do século XX, com crescimento quase que exclusivo nas terras brasileiras. A extraordinária conjuntura vista no país para a expansão da economia cafeeira, oportunizou aos cafeicultores nacionais o

controle de cerca de 75% da oferta mundial do grão, contribuindo para explicar uma justificável imposição política do seguimento produtor.

PRADO JÚNIOR (1990), assevera que no começo do século XX, o café se colocará como a primeira grande *comodity* agrária do comercio internacional, sendo o Brasil responsável por cerca de 70% da produção global ao usufruir de privilégios de quase um monopólio. Sendo fator crucial para a expansão da lavoura cafeeira a utilização de mão de obra estrangeira assalariada, fruto do processo migratório da Europa. Em sua maioria oriundos da Itália e recebidos especialmente pelo estado de São Paulo.

O destaque que se deve dar segundo PRADO JÚNIOR (1990) se relaciona ao fato de que é preciso observar que o desenvolvimento da atividade cafeeira no Brasil foi heterogêneo e não se deu em toda a extensão do território nacional. Não ocorrendo crescimento regular e harmônico pelo país. Além de São Paulo, o Espírito Santo fora a unidade federativa onde prosperou a atividade cafeeira, de forma a se destacar, mas em menores proporções por conta de sua limitação territorial, o que também se diferencia no tocante à remuneração, sobretudo em São Paulo, onde o regime mais comum de trabalho era o pagamento de um salário mais a cessão de pequenas parcelas de terra para cultivo próprio. Acrescento que, de acordo com FREITAS FILHO (2013) a produção do Norte Fluminense, liderada pelo município de Itaperuna, também cresceu com destaque.

Prosseguindo o mesmo autor, com o fim da guerra, o reestabelecimento da normalidade na Europa e a crescente nas atividades econômicas no continente, o café alcança um novo ciclo de prosperidade. Ocorre grande estímulo a produção a fim de atender o “boom” financeiro do pós-guerra, com reflexos no Brasil, como: a) intensificação nas negociações do produto; b) alargamento do credito e; c) principalmente após 1923, a opção de alteração na política monetária (aumento de quantidade de emissão de moeda), visando suportar o crescimento da atividade econômica nacional. A produção seguirá a demanda (exportação) até o ano de 1925, onde os processos de superprodução começam a ser percebidos.

Vale destacar o argumento encontrado em FURTADO (2005) desde o início do século XX fora diagnosticado o problema da superprodução no país. E ainda acrescenta que o fato de o crescimento da produção ocorrer quase que integralmente em solo brasileiro, permitiu ao empresariado perceber sua capacidade de influir nos rumos do mercado cafeeiro. Definindo assim, a primeira retenção de estoques, a fim de controlar a oferta mundial.

Acerca dessa fase FAUSTO (1991) destaca o aumento do custo de vida observado ao longo da década de 1920, evidenciado no pequeno recorte entre 1920-23, - onde o aumento do meio

circulante foi da ordem de 0,8 milhões de contos, sob a alegação da necessidade de expansão monetária por conta do ciclo de valorização de café e para combater a crise de 1921.

Gestões baseadas na superprodução irão motivar iniciativas estruturantes com olhar expansionista. E, de certa forma, pela crença inabalável de prosperidade com a *comodity*, tais como em 1922, Epitácio Pessoa cria o Instituto de Defesa Permanente do Café, tendo seu sucessor, em 1924, transferido essa responsabilidade aos estados, criando assim o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, que em 1926 viraria o Instituto do Café do Estado de São Paulo, informações obtidas a partir de FREITAS FILHO (2013). Órgão especial responsável por gerenciar totalmente o comércio externo do produto que o nomeava, regulando as saídas do mesmo e balanceando a relação oferta-demanda, tendo inclusive autonomia para estocar o excesso de produção, sem restrições de quantidades, colocando-o no mercado apenas quando houvesse uma nova demanda.

Segundo PRADO JÚNIOR (1990), esse aparato que buscava inicialmente regulamentar as entregas da produção ao mercado externo e estabilizar o preço, não demorou em tornar-se um entrave para a economia cafeeira. Com mais de 60% de representatividade no comércio internacional do grão, o Brasil pudera agir como especulador (monopolista) para tentar manipular o crescimento nos preços internacionais do produto. E é o que se observa, especialmente após 1926. E mais: tal ação resultou num crescente aumento dos estoques, criando um grande ciclo vicioso à medida que os altos preços artificiais estimulavam o investimento em novos pés e em novas áreas cultivadas, fazendo com que a produção crescesse. Destaca-se que somente em São Paulo o número de pés passou de 949 milhões em 1924 para cerca de 1,2 bilhões em 1930. Esse crescimento foi baseado quase que integralmente em endividamento¹⁹. Outro complicador nesse momento foi o aumento na produção de países competidores do Brasil, principalmente a Colômbia. A manutenção do preço artificial exigia retenções cada vez maiores.

Para FAUSTO (1991) a manutenção dos preços do café nos patamares mais altos, tanto internamente quanto externamente, acarretaria na falência das práticas do Instituto do Café, órgão que teve sua criação explicada acima, sendo apenas questão de quando isso ocorreria, pois nesses moldes a superprodução era inevitável, tanto brasileira quanto dos principais concorrentes, inviabilizando ainda a repetição do modelo outrora bem sucedido.

Com a constatação de que a produção de café, entre os anos de 1925-29 cresceu quase 100%, revelando o aumento da área cultivada no período imediatamente anterior, influenciada pelo

¹⁹ Vale ressaltar que esse processo nos remete a nova política monetária proposta por Washington Luís, e a implementação da Caixa de Estabilização, tema exaurido acima a partir da leitura de FRITSCH (1995).

preço mantido alto artificialmente, FURTADO (2005) apontará que não havendo alteração nos volumes demandados no mesmo período, tendo, no período de 1927-1929, as exportações, consumido apenas 66% do volume produzido, reitera a sua posição – e nela acorde com PRADO JÚNIOR (1990) sobre a existência de um ciclo vicioso – dito como que os altos preços artificiais geravam expectativas de alta lucratividade e servia como estímulo para aumento da produção.

FAUSTO (1991) salienta as dificuldades encontradas no início do ano de 1929, sendo esse o auge da superprodução. A colheita 1927-28 produziu 27 milhões de sacas frente as 18 milhões do ano agrícola anterior. As perspectivas para a produção 1928-1929 eram das mesmas 27 milhões de sacas acrescidas da produção das novas áreas plantadas, acrescentando que embora se vivenciasse um cenário de instabilidade, pôde-se observar bons resultados para a atividade cafeeira, principalmente nos anos de governo de Washington Luís, não significando prosperidade ou ausência de dificuldades para toda a população nacional.

FURTADO (2005) também destaca a alta inelasticidade de demanda do café, citando que sua procura pouco caía frente as crises, mas também pouco crescia em períodos de prosperidade. E que apesar de todo sucesso econômico-industrial dos anos 20, que possibilitara um aumento relevante na renda per capita, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, a busca por café pouco se alterou, que crescerá sim, mas devido ao crescimento da população economicamente ativa nessas regiões, caracterizando-se assim o cenário de desbalanceamento demanda-oferta.

Sendo conhecido que a única forma de se evitar a grandes prejuízos para os cafeicultores, e para o país, era retirar parte da produção do mercado, uma vez que o aumento da renda não representaria um aumento nas importações dessa região e que também não haveria uma reação à uma possível baixa nos preços, ficou claro que esse estoque retido não teria valor comercial num futuro próximo, uma vez que não havia previsão de um crescimento de demanda e a capacidade produtiva só se fazia aumentar.

A percepção de FURTADO (2005) de intercorrência de erro da estratégia dita por ele excepcionalmente audaz, decorre da identificação de que à época não se observara que o equilíbrio oferta-demanda de um produto primário se fazia pela demanda e não pela oferta, ou seja, uma vez que o mercado atingira o ponto de saturação, qualquer oferta adicional só resultaria em queda nos preços praticados, a longo prazo. E acrescenta que a solução para a armadilha criada naquele momento, de manter artificialmente alto os preços do produto era ter se desestimulado o crescimento do plantio para reduzir-se a produção com o intuito de se escoar o produto estocado.

Segundo aquele, isso deveria ser feito através da oferta de investimentos mais rentáveis que a indústria do café era, possibilitando um fluxo de capital negativo no sistema cafeeiro que

acarretaria a redução da produção. Mas deixa claro que os esforços governamentais eram todos direcionados para o setor. Todavia, defende que mesmo que tivesse sido feito o mencionado no trecho acima, a manutenção dos altos preços não evitaria o surgimento de novos competidores e o fortalecimento dos atuais, ou seja, quando utilizaram da posição semimonopolistas para defender os preços, abriram uma brecha competitiva para se perder esse monopólio.

É de PRADO JÚNIOR (1990) o alerta significativo para se tentar correlacionar os meandros da repercussão política diante dos embaraços de natureza econômica, em vista do fato de a situação do mercado cafeeiro ser então de aparente prosperidade, com a promessa de altos lucros, baseado nos preços artificiais. Mas no momento não passava de promessa porque não se vendia grandes quantidades do produto. Após anos desse sistema manipulador, o país se viu refém dessa situação tendo em vista que todo o endividamento contraído naquele período fora baseado nos altos preços induzidos.

Adiante, temos que a quebra da bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929 servira como gatilho para uma situação previamente anunciada. Simultaneamente, corta-se todo o crédito externo e é suspenso o financiamento dos estoques retidos; as dívidas contraídas são liquidadas; os financiadores do projeto ainda injetam 20 milhões de libras para tentar atenuar o prejuízo, medida que resta por ineficaz. O patamar em que o preço do café se colocou era incapaz de sustentar os débitos existentes.

Nos lembra FURTADO (2005) que a manutenção dos estoques retidos se deu principalmente com endividamento externo. Esse capital permitia a emissão de moeda para comprar o excedente de produção que seria estocado. Esse aumento de renda monetária para o sistema cafeeiro, inevitavelmente, geraria pressão orçamentária, e no Brasil, ocorreu da pior forma, com aumento das importações, devido à baixa oferta de produtos no mercado interno.

E arremata ao nos propor que o que ocorre em relação à política monetária e cambial no triênio 1927-29 é que apesar da pressão inflacionária e das altas importações, o período se caracterizou por grandes remessas de capital para o Brasil, ludibriando o governo brasileiro a adotar uma política de conversibilidade, que com a crise do último trimestre de 1929, fizeram com que em apenas alguns meses todas as reservas metálicas do país fossem consumidas. Caso a política antes citada não tivesse sido implementada, o impacto sobre a moeda teria sido imediato, resguardando nossas reservas metálicas.

O sobressalto no campo econômico não tardaria a testar os arranjos políticos. Nessa linha, considera-se que a política governamental para o café afastou do presidente o apoio de uma parte apreciável da oligarquia cafeeira, visto que Washington Luís se negara a prestar auxílio ao setor,

paulatinamente arruinado devido às novas crises de superprodução e com repercussão dos efeitos da crise mundial de 1929. Com impactos que se somarão às pressões e contestações dos diferentes grupos sociais urbanos, bem como das oligarquias dissidentes de vários estados que também pretendiam o controle do poder político no Brasil e que se insurgiam com particulares percepções de importância, tais como: as oligarquias gaúchas, produtoras de charque e de arroz; as oligarquias nortistas e nordestinas, produtoras de cacau, algodão e fumo; e ainda se somavam as queixas das camadas médias da população, dentre as quais muitos militares, burguesia industrial e operariado.

Enfraquecidos, os cafeicultores, depois de longo espectro de dominação, irão assistir ao fim de seu predomínio. Consta-se que mesmo com os sobressaltos econômicos vividos no quadriênio de Washington Luís, este teria concluído o seu mandato não fosse a interferência de fatores essencialmente políticos: o rompimento do acordo MG-SP com a eleição competitiva em que participaram Júlio Prestes e Getúlio Vargas. O governador de MG Antônio Carlos Ribeiro de Andrade pretendia ser o novo presidente, mas foi preterido por Washington Luís – que preferiu apoiar a candidatura do paulista para a Presidência da República. E é esse problema da sucessão presidencial que trouxe a crise final e selou o destino do regime.

Nesse embaralhamento político, Washington Luís tentou atrair o Rio Grande do Sul para a candidatura de Júlio Prestes, mas em tentativa de revés ou de empecilho, Antônio Carlos, o pleiteante alijado, adianta-se e lança Getúlio Vargas – a esta altura prestigiado politicamente no RS e herdeiro político de Borges de Medeiros, com a vice-presidência oferecida a João Pessoa – representante da oligarquia dissidente da Paraíba.

Desta forma, da união política entre MG, RS e PB formou-se um bloco político de oposição denominado Aliança Liberal que, apesar de acirrada disputa, foi derrotada. Como que se aflorasse mais evidentemente o inconformismo, diante inclusive da grave crise econômica, aglutinados que ficaram os insatisfeitos, deu-se a conspiração que poria alinhados: os Tenentes, marginalizados ou no exílio depois de vários insucessos; e a Ala Jovem da Oligarquia Dissidente²⁰, aliança essa que apesar dos obstáculos conciliatórios, rapidamente ganhou corpo.

²⁰ Podemos citar como componentes Maurício Cardoso, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves, Flores da Cunha, Virgílio de Melo Franco. O grupo optou pela luta armada com a aproximação dos tenentes, - como Juarez Távora, Ricardo Hall e João Alberto, aproveitando-se de sua experiência revolucionária como 'braço armado da Revolução', chefiados pelo General Góes Monteiro, onde em 3 de outubro viria a eclodir a revolta, seguindo-se do Nordeste, sob a chefia de Juarez Távora, no dia seguinte. Se veria nas Forças Armadas a adesão de várias tropas, ao mesmo tempo que algumas ficaram neutras e algumas poucas resistiram. Nota confeccionada a partir da leitura do site: <http://www.eb.mil.br/servidores>, consultado em 31/03/2020.

SKIDMORE (2010) nos chama a atenção para o fato de que as marchas em direção ao Rio de Janeiro foram coordenadas, vindas do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba, o que deixaria evidente para Washington Luís a falta de apoio militar necessário para frear a revolta instalada. Os generais aliados ao movimento publicaram um manifesto solicitando a renúncia do presidente.

Prossegue SKIDMORE (2010) que a observação mais atenta nos indica que o grupo pró-revolta não era composto apenas por pessoas com os mesmos propósitos e ideais. Havia os constitucionais liberais, que eram defensores das eleições livres, governo constitucional e plenas liberdades civis, sendo São Paulo o estado onde estes eram mais relevantes e tinham como estandarte durante a “República Velha”, Rui Barbosa.

Para o autor, ainda, o lado mais evidente e heterogêneo, e por certo o seu contraponto, eram os nacionalistas semiautoritários, que tinham como principal bandeira a “regeneração nacional” e sua modernização. Aceitando vivenciar experiências não democráticas para alcançar conquistas socioeconômicas e estruturais, tema não debatido com tanta profundidade em seus discursos, mas defendido de forma acalorada - tom que era apropriado, como já enfatizado, pelos tenentes, os principais defensores dessa visão, ainda oriundos de movimentos fracassados ao longo da década de 1920, em diferentes partes do território nacional.

Os cronogramas políticos e institucionais deveriam ter a abrangência que justificasse a crença de que mudanças estruturais a curto prazo só aconteceriam através de um grupo completamente inflexível de tecnocratas não políticos, portadores de incontestável sentimento patriótico. Com isso o Brasil apareceria enquanto nação moderna, capaz de reformulações na administração pública, nos serviços sociais e no nível de consciência nacional, temas que precisariam de uma mudança essencial, anunciados com imprecisão por eles.

Mas se há anseios de diferentes matizes e propósitos, como os que exemplificados pelos jovens oficiais, sendo dentre os defensores de uma mudança mais rápida do sistema político, os que se insinuam como o único grupo relevante, não havendo coesão entre os demais, com uma fragmentação de agendas e pleitos – e na forma de organizar sua representação e encaminhamentos, irá garantir a necessidade de requalificação do debate a partir dos diferentes seguimentos que compunham a malha de insatisfeitos e insurgentes.

Assim, como bem nos alerta GOMES (2005) havia movimentos populares expressivos apesar de seu estágio embrionário, muito em função de um incipiente processo de urbanização da população. O sindicalismo nacional, de tamanho ínfimo a época, ainda se subdividia em correntes como: anarquistas, trotskistas, comunistas e radicais, aos quais, de forma inusitada, se juntavam

ainda outros três grupos que apoiavam a mudança estrutural na política brasileira, embora não se intitulassem revolucionários, mas que possuíam seus motivos para divergir da modelagem vigente, a saber: 1) os membros do alto escalão das forças armadas²¹; 2) os cafeicultores; 3) membros da velha política insatisfeitos.

Os dois últimos atores citados acima, buscavam certo revanchismo por conta da quebra de paradigma sustentada por Washington Luís quando do episódio que preferira a vez de candidato alinhado com o modelo vigente e ainda: a) a possibilidade de retomada de prestígio e poder; b) acabar com sua insatisfação com os esforços governamentais para se reduzir o impacto financeiro ao longo da década, com a manutenção do Programa de Incentivo ao Café²²; c) dirimir sua insatisfação com a política cambial (câmbio fixado) – que fazia perder renda com a exportação diante das quedas do preço do café; d) revisar política de crédito praticada pelo governo federal, que interrompeu a compra dos excedentes de produção, optando por ofertar o produto mais barato visando aumentar o volume comercializado²³.

Desta forma, conforme proposto nesta monografia, tentou-se apresentar ao debate um olhar lógico e potencializador da discussão já abundante de contradições. Sendo assim, vamos encontrar em CANO (2012), uma alternativa à percepção de enfraquecimento natural, que resultaria no novo ciclo político instalado com Getúlio Vargas a partir de 1930. Discorrendo sobre a Década de 20 na perspectiva de identificar a transição rumo à “crise e à industrialização no Brasil”, dirá CANO (2012, 905):

O Estado ampliaria sua capacidade de intervenção na economia e na sociedade. Na primeira metade da década, suas intervenções econômicas foram muitas, seja concedendo vários incentivos industriais (ao cimento e ao aço, p.ex.) seja apoiando a política cafeeira. Na segunda metade, contudo, sua intervenção predominou no campo político, com aumento da repressão, além de uma orientação econômica conservadora ao final do período. Em parte, isto tem a ver com a ideologia dominante, com o excelente desempenho exportador que gerou grandes saldos comerciais e com graves perturbações políticas e militares do período. Contudo, viu-se compelido a ampliar sua ação no campo da legislação trabalhista, ainda que viesse a ser pouco praticada.

E a cena das efervescências sociais terá ainda em (CANO, 2012: 905):

²¹ Uma sugestiva indicação de SKIDMORE (2010, 43) nos revela que: “Generais como Tasso Fragoso (...) ressentiam-se das políticas da elite governante, que consideravam míopes e impopulares. Impacientavam-se, também, com a indisposição dos governos civis para examinar (...) as necessidades técnicas das Forças Armadas – novos equipamentos e orçamentos mais generosos”. E completa: “Durante a década de 1920, os militares foram solicitados reiteradamente a impor o estado de sítio para salvar governos federais e estaduais. Irritava-os (...) o fato de que governos eleitos precisassem ser amparados com tanta constância”.

²² Aqui temos a circunstância e o fato de que o Governo Federal não houvesse atuado firmemente da política monetária, ou seja, imprimir moeda, e não conceder a moratória.

²³ Tem-se que o Governo abandona a estratégia de defesa dos preços do café, como uma tentativa de aumentar o volume exportado, em decorrência da baixa dos preços.

“(…) O crescimento da classe trabalhadora, de sua organização e de seus movimentos, de um lado, bem como a crescente exacerbação de conflitos entre os vários segmentos sociais (oligarquia, burguesia, proletariado, camadas médias, militares) e o Estado, induz, entretanto, um crescente movimento conservador, como mecanismo de defesa do “sistema”. Além de um aumento de explicitações nacionalistas, assiste-se no período a várias manifestações anti-semitas e anti-lusitanas, a um reascendimento do positivismo e do catolicismo que em parte derivaram para o integralismo e para as campanhas contra a “democracia liberal”.

Todavia, não sendo um cenário qualquer, ao contrário, multifacetado e complexo de pleitos e convivências, todo o encadeamento das resoluções das pautas sociais deverá experimentar uma fala de coalisão, ou ao menos de refinada mediação política.

Tantas expectativas na senda política, ou de como será o quinhão dos aderentes nos desdobramentos de distribuição do poder pela burocracia pública, estará por exigir perspicácia, porquanto a missão de desenvolver ou de renovar haverá de pressupor algo novo e promissor como substituto das velhas práticas.

Tão complexo o cenário das expectativas da economia que, neste caso, não se haverá como ir adiante sem a plena compreensão de como se transpor a modelos tão refratários – quando se sabe que o tema é pulsante, dinâmico e a requerer sutileza e precisão para parcerias e negócios.

Portanto, há uma ebulição mais abundante de eventos que suplantam a leitura do insucesso da política oligárquica pelo insucesso do modelo cafeeiro. E é assim apontado por CANO (2012, 907):

Urbanização, modificações ascensionais na estrutura Ocupacional, expansão e melhorias na organização sindical e maior acesso à educação – o Brasil passa de um contingente de 14,8% de alfabetizados em 1890 para 24,5% em 1920 – sem dúvida contribuíram para a maior tomada de consciência social, tanto da classe proletária quanto da burguesia, engrossando a outros movimentos sociais. Por outro lado, altas do custo de vida, repressão policial e manutenção do viciado sistema eleitoral - além do movimento militar que ocorria – ampliavam o clima de reivindicação e contestação. Recordemos que a vitória de W.Luís trouxe, em seguida, forte desvalorização cambial e a revogação da Lei do Inquilinato, e isto, após as derrotas militares dos revolucionários de 22 e de 24 e da conservadora reforma constitucional de 1926.

Com isso, fazer ultrapassar tantas desconformidades – desafio da situação e, muito mais agora, da ideia opositora - terá de levar em conta a ideia de alternativa de desenvolvimento, de consagração aos pleitos sociais tão diversificados e de uma modelagem institucional que irá fazer pressupor legalidade, além de uma liderança invidiosa.

E não se conseguirá avançar ignorando ao passado, seja lá como for. Arremata CANO (2012, 910):

(…) é equivocada a ideia de uma “monocultura cafeeira latifundiária” e que na verdade, o “complexo cafeeiro - paulista” constituiu uma economia muito diversificada, com a apropriação de seus frutos melhor distribuída - impostos ao Estado, lucros e rendas ao setor privado, para vários seguimentos da classe proprietária, e salários ao trabalhador – do que na maior parte do país. A diversificação não se deu só na economia, atingindo

também a demografia, a ocupação e a urbanização, exigindo, portanto, profundas modificações da superestrutura. Tais pressões por mudanças, diante de um Estado e de elites conservadoras, explicita seus conflitos através de vários movimentos sociais: greves, revoluções, modernismo cultural etc.

Em meio a iminente guerra civil que também colocaria em circunstâncias de riscos as oligarquias de forma incalculável, apesar de não ocorrer o confronto, um golpe militar derrubou Washington Luís, formando-se uma Junta Pacificadora composta pelos Generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e o Almirante Isaías de Noronha. A 3 de novembro de 1930, seguinte de uma marcha sobre o Rio de Janeiro, Vargas receberia da referida Junta o poder.

Demarcado em síntese o percurso e a queda da “República Velha”, com o apontamento de fatos, circunstâncias e personagens que compuseram mais significativamente o período, com um olhar mais incisivo para sua última década e suas crises, econômicas e políticas. De maneira a se tentar ampliar com seus antecedentes o cenário que se instalaria em seguida, dá-se início à abordagem sobre o que, como fruto da “Revolução de 1930”, que introduzirá uma nova forma de se fazer política no país, com diversas rupturas com o modelo anterior, que permite a denominação de revolução, como por exemplo, a forte centralização do governo na figura do Presidente da República. Porém, com alguns continuísmos convenientes, entre eles, a estratégia de proteção ao setor cafeeiro e a forte presença de famílias oligárquicas na estrutura do poder. Iniciando assim o período que ficaria conhecido por: “Era Vargas”, a ser tratado a partir do Capítulo seguinte.

II. CAPÍTULO - GOVERNO PROVISÓRIO, DA REVOLUÇÃO A CONSTITUINTE

Neste Capítulo buscaremos fazer uma revisão da pauta revolucionária - aqui considerada a partir do Programa Partidário da Aliança Libertadora ou AL e no discurso de posse de Getúlio Vargas - contraponto que se habilita a buscar demonstrar que a coerência de propostas e ações de mudança radical se correlacionavam com a pujança e complexidade do período anterior, a “República Velha”, e se identificar nas medidas de instalação dos itens da mesma no curso do Governo Provisório se o ritmo e forma de suas execuções contribuem para explicar a provisoriedade e o prolongamento do primeiro estágio, e a constitucionalidade fugaz do segundo.

II.1 – A identificação da Pauta Revolucionária. Os eixos econômicos e políticos

Havendo assumido o poder, pondo-se fim à primeira fase da República, Getúlio Vargas terá consolidado de forma incontestada a liderança de um processo circunscrito pelo imaginário revolucionário, o que passaria a caracterizar um governo com poderes extraordinários, inclusive com a suspensão da Constituição de 1891, com concentração das decisões políticas e de cunho econômico. A postura progressiva aludida, para um Estado mais intervencionista e centralizador, foi possível graças: 1) à inexistência de grupos capazes de contestar e de derrubar o novo governo e de assumir o controle do país; 2) aos choques de interesses entre grupos rivais – Getúlio aproveitou-se astutamente desses choques para reforçar o seu poder pessoal; 3) e, principalmente, pelo apoio da alta cúpula militar, representada inicialmente pelo General Góes Monteiro.

Para um ambiente restaurador, cercado de expectativas multifacetadas, se viam oportunizadas as iniciativas de porte por justificativas estruturantes, as mesmas que capazes de superar em sua essencialidade o modelo em declínio, agrupadas em 03 eixos básicos, a saber: Econômico, Político e Social, com o pressuposto de uma pertinência intrínseca entre os mesmos.

E para o enfrentamento do estrato elitista se haverá de buscar um posicionamento que reconheça os vícios da política republicana, o que talvez implique em se entender, para um rompante de enfrentamento, a dependência de chefias autocráticas e paternalistas no caso brasileiro, linha adotada por CARDOSO (1977, 190) quando diz:

Essas características formais do elitismo autocrático não resolvem, entretanto, as questões concretas do poder. Todas as vezes que novos atores entram ou buscam entrar na arena política, a forma de chefia e a ordem jurídico-política sofrem impactos que acarretam consequências variáveis e que demandam respostas por parte dos grupos dominantes cujo êxito é incerto. Não obstante, a crença dos que mandam, como em toda ordem tradicional, é a de que nada melhor do que a santidade da tradição para resolver impasses: imobilismo e força.

Prossegue o autor, na linha de compreensão do evento “ascensional” da burguesia do café, que a mesma teria sido capaz de mobilizar recursos e solucionar problemas nacionais “tal como os equacionara a partir de seus interesses, sob a condição de que se vinculassem, de forma subordinada, aos interesses mercantis e financeiros internacionais”, no que ainda, CARDOSO (1977, 191):

(...) 1930 não estava inscrito na trajetória política brasileira como consequência da crise do café. Foi a ordem restrita criada pela República (ou seja, pela elite agroexportadora) que definiu o plano político, uma incapacidade de absorção de novos atores e tornou obsoletos os recursos usuais da política de cúpula. Esses tornaram-se insuficientes frente ao assédio das novas questões criadas pela emergência de situações que a ótica tradicional, baseada no imobilismo e na força, era capaz de encarar e enfrentar.

Da análise das mudanças engendradas nos campos político e econômico em seu contexto histórico fica claro que o governo Vargas tinha uma diretriz voltada para o intervencionismo estatal. Contava, para isso, com uma nova coalizão política formada pela burocracia política e profissional, rompendo radicalmente com o modelo patrimonialista da administração pública, que teria prevalecido durante a “Primeira República”, BRESSER-PEREIRA (2009), no que a intervenção estatal defendida não estava presente apenas nos ideais do positivismo informadores das opções ideológicas do mesmo nos idos de 1930, mas repercutiam uma influência que ao final redundariam no afastamento do estado liberal da cena nacional.

Assim, com o Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, que instituiu o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil e dando outras providências, aprovado por seus Ministros, Vargas passou a ter o direito de exercer os poderes Executivo e Legislativo, até que uma Assembleia Constituinte eleita estabelecesse a reorganização constitucional do país. E mais: determinou também a dissolução do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas estaduais e das Câmaras Municipais. Passava então à lógica de gestão pelo manejo infraconstitucional, por meio de decretos e sem controle de constitucionalidade das medidas.

Foram desconstituídas as gestões de todos os Governadores estaduais – com exceção do recém eleito Governador de MG, pondo-se fim à “política dos governadores”, os quais foram substituídos por interventores federais, recrutados entre os tenentes, com poderes executivos e legislativos, porém subordinados ao poder central, medida que daria início ao modelo intervencionista e centralizador característico de 1930. Segundo DINIZ (2004, 43), “tratava-se de uma subordinação do poder Executivo estadual ao governo central” de forma a monitorar a política local.

Não se perca de vista que o modelo ascendente vem em afronta ao compromisso tácito característico daquela política que se pretendia superar, segundo a mesma os benefícios públicos

locais, de influência do modelo coronelista, que estavam atrelados à troca de apoio ao governo central, sobretudo em forma de votos, que por meio de favores e coerção garantia a eleição de governistas, em todos os âmbito eleitorais, o que replicava em um modelo de nomeações e determinação de integrantes de comissões de Verificação Eleitoral, viciando por meio de fraudes o processo eleitoral, os mecanismos de escolhas e de diplomação dos eleitos, prevalecendo a continuidade governista. O acordo era baseado no chamado “clientelismo”, definido por CARVALHO (1997).

Nos alerta FAUSTO (2015, 186), conforme também (PANDOLFI, 2010: 18-19) que os indicados “ficaram proibidos de contrair empréstimos externos sem a autorização do governo federal; gastar mais de 10% da despesa ordinária com serviços de polícia militar; dotar as polícias estaduais de artilharia e aviação ou armá-las em proporção superior ao Exército”. Era uma medida inserida no Código dos Interventores de 1931, que limitava o poder dos tenentes nomeados, recompensados em prestígio e de pronto emprego efetivo nas tarefas executivas imediatas.

A inovadora e extraordinária concentração de poderes, que não se chegou a ver na República das Oligarquias, não tardará a produzir divergências na coalizão revolucionária, tanto porque: 1) os líderes dos estados revolucionários – RS e MG - eram favoráveis à realização imediata de eleições; 2) Os tenentes, exigiam que Vargas, avançasse nas reformas trabalhistas e que continuasse indefinidamente com todo poder, inibindo a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, pois achavam que as mudanças estruturais de que o Brasil necessitava seriam prejudicadas por eleições que colocariam de volta no poder as velhas oligarquias.

O que nos parece relevante acerca da abordagem sobre o Tenentismo enquanto movimento preponderante ao modelo revolucionário são as variantes interpretativas que lhe procuram explicar, com traços de ambiguidade sobre a sua origem e propósito. Tanto como capacidade organizativa de classes sociais ou de representação institucional, quanto força capaz de assumir no lugar do povo a feitura de ações redentoras em nome do mesmo, prevalecendo a ideia de vanguardismo associado ao autoritarismo, como se vê debatido em LANNA JÚNIOR (2006) ou como dirá FAUSTO (2015) ideologicamente difuso e de tendência reformista embrionária.

A leitura de AVRITZER (2018) acerca de considerações quanto à compreensão da busca da democracia no Brasil, como que construída a partir de movimentos pendulares, nas ações e propostas ora democráticas ora antidemocráticas, nos dá uma pista interessante sobre o otimismo e o pessimismo de certas fases, não raro cercadas de fortes divisões políticas e desacordo em relação ao projeto de país, uma espécie de compartilhamento de entusiasmo entre elites e massa na consolidação da soberania popular e da expansão de direitos.

Assevera-se aqui sobre esse movimento armado, ser o episódio mais relevante do Brasil no início do Século XX para o que seria peculiar em nossa história, na linha abordada, no que PEDRO (s/d)²⁴ retomará, utilizando-se de uma metáfora biologista, de movimentos de “sístoles e diástoles”, em relação a tantos outros que o sucederiam, tal como propostos por Golbery do Couto e Silva, acerca da obediência a um “movimento pendular”, conforme remissão ao que afirma também CAMARGO (1992, 05): “Inúmeras evidências nos indicam que as crises políticas do país se alastram em função do esgotamento de um ou outro destes dois modelos, ora favorecendo o intervencionismo e a uniformização das regras, ora privilegiando a autonomia e a diversificação”, que segundo a mesma passará a se repetir constantemente a partir de 1930.

Pretendia-se superar o modelo agroexportador em tentativa de modernização econômica, estando essa tentativa em segundo plano frente a necessidade de renovação política oriunda do esforço “revolucionário”. Tudo isso imerso no cenário de violenta crise do capitalismo, a esta altura com problemas de superprodução, problema cíclico que sugere ausência de planejamento. Embora, em alinhamento ao consenso que se observa entre os autores, o setor industrial não surgiu apenas na década de 1930, o que ajudará explicar - somado a outros esforços, como a descoberta do mercado interno, com diversificação até mesmo na indústria e um “desenvolvimento de um setor urbano dentro do modelo primário-exportador” - o enfrentamento aos anos da grande depressão, conforme TAVARES (1975).

MAGRO JUNIOR (2004, 34), acerca da influência econômica e política da cena internacional naquele estágio, ao que chamará de “irradiação de círculos concêntricos”, indica que dentre os vários problemas econômicos de Vargas – considerados insolúveis - se destacava a dívida externa e que “a economia brasileira, com sua dependência do influxo de recursos monetários do exterior, sofreu um rude golpe inicial com a retração do mercado para seu principal produto gerador de divisas, o café”.

Vamos assistir uma tentativa de contenção do colapso econômico, através da busca de equilíbrio entre oferta e procura, destruindo o excedente do café através do fogo e da água, mas ainda com o peso tributário do então criado imposto de exportações. O Governo Provisório ainda não tem a melhor fórmula, mas entendia ter uma que atendesse, e esta ampliará o acirramento político para com as oligarquias derrotadas – agora potencializadas pela não aceitação das decisões econômicas do governo federal com oposição à política agrária de Vargas.

²⁴ PINHEIRO PEDRO, A. F. *A volta do pêndulo: hora do retorno ao autoritarismo no Brasil*. Disponível em: <http://www.ambientelegal.com.br/a-volta-do-pendulo-hora-do-retorno-ao-autoritarismo-no-brasil/>, acessado em: 01/04/2020.

Mas como apontam EARP e KORNIS (2004, 29) “suas políticas econômicas foram caudatárias desta habilidade em adiar conflitos e conciliar opostos em seu proveito, o que por vezes atraía a oposição dos que o haviam ajudado a implantá-la”. Em síntese ajustada, dão em arremate EARP E KORNIS (2004, 30) que “Getúlio conduziu, então, uma ponte entre o passado agroexportador e o presente industrial e centrado no mercado interno”, com habilidade política e conciliatória que, segundo CANO (2012, 912), expressará uma “visão desenvolvimentista, na qual inclusive explicita a necessidade de integração do mercado nacional, durante esse período”.

No campo econômico, assim, segundo EARP e KORNIS (2004, 31) “em continuação às práticas da República Velha, Getúlio não começou a governar com um projeto industrializante; este acabou sendo forjado progressivamente a partir das restrições verificadas na segunda década do governo”, percorrendo etapas como o Processo de Substituição de Importações – o deslocamento da economia cafeeira para o setor industrial e empreendendo um esforço mais amplo no processo de diversificação da produção brasileira.

MAGRO JUNIOR (2004, 40) alertando sobre a visão tradicional da história, aponta que se costuma ter a “Vargas como um elemento alternativo à oligarquia cafeeira, agindo como defensor dos interesses da indústria e da pequena burguesia, enquanto encarnando o ‘Estado de Compromisso’ em que tentava acomodar”, interpretação coadunada com a de (FURTADO, 2005) quando indica que o crescimento industrial na Década de 30 foi consequência da política de defesa do café, malgrado da hipótese de intencionalidade diretiva na política de fomento à diversificação da economia, justificadora da política de industrialização, como defendido por DINIZ (1978).

A instalação desse “Estado de Compromisso”, por óbvio vindo como consequência da vitória imposta pela revolução, terá por marca a canalização das oposições da classe dominante para o interior do Estado, e mesmo pelo controle das funções de governo por grupos sociais que não representam o domínio de alguns setores da economia e da sociedade, tal como indicado por WEFFORT (1980). Mas isso não parece ser problema em um ambiente de restrições de liberdades e acomodações de interesses.

O modelo desenvolvimentista atribuído ao período, modular para uma agenda inovadora, terá aspectos internos relevantes, para os quais a capacidade articuladora, suportada pelo apoio das Forças Armadas, será requisitada. FIORI (1994, 133) esclarecerá que “nesse sentido, o Estado desenvolvimentista nasceu contra o condomínio oligárquico e a favor de uma centralização do poder considerada indispensável para a unificação e organização da sociedade e da economia brasileiras”.

E prossegue FIORI (1994, 133) ao alertar, eventualmente com um indício ao evento compromissório do período, que:

como entretanto, jamais tivesse tido o poder, condições, ou mesmo disposição de alterar as relações de propriedade da terra, a proposta centralizante do Estado desenvolvimentista acabou sendo atenuada, corroída ou mesmo pervertida por uma relação de permanente tensão – e cooptação – entre a vontade central e o poder político dos inúmeros e heterogêneos interesses regionais.

Providências como a criação do Departamento Nacional do Café, em maio de 1931. com vistas à melhoria de lucratividade daquele produto – não intimidando-se diante do prestígio até então dado à monocultura - se alinham com a perspectiva de se ampliar o nível produtivo da agricultura brasileira, com atenção à sua diversificação e com o olhar estratégico no que corresponderia a produzir aqui o que se importava e com isso abastecer ao mercado interno, o que por certo já conota o destaque do setor agrícola nos rumos da economia, redundando na busca do equilíbrio da Balança Comercial.

A plataforma da Aliança Liberal também se alinhará com a estratégia de aumento quantitativo e diversificado, com barateamento de produtos com vistas ao consumo interno e exportação do excedente, alternativa ao equilíbrio monetário e diminuição dos riscos e vulnerabilidades já experimentados com o modelo anterior, quando ainda este ímpeto, segundo CANO (2012, 904) trará o “aumento dos nexos de interdependência estrutural (agricultura – extração – indústria – serviços), entre outros”.

Com atenção ao programa da Aliança Libertadora, de modo a se tentar um enquadramento entre as visões atribuídas ao gestor e político para com o cenário no qual inserido temos em FAUSTO (1995) a visão de que tal programa “refletia as aspirações das classes dominantes regionais não-associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média”.

II.2 – As conexões com a Agenda Social

A tentativa de tabulação de demandas por políticas públicas trará a percepção de que - sendo algumas delas oriundas do regime anterior, ainda que ignoradas ou adiadas ao longo da consolidação do modelo superado - uma reorganização e destravamento das pautas relacionadas às mesmas trará uma interessante percepção de novidade ou de confirmação dos ganhos sociais buscados, estilo que dará início a uma simpatia difusa, especialmente das massas populares.

Vemos em CANO (2012, 905) um alerta que possibilita a análise das expectativas da transição quando diz que:

A capacidade ‘postergatória’ do Estado e das elites era muito grande. A jornada de 8 horas já havia sido ‘conquistada’ na greve de 1907 mas só passaria a ser mais

estendida a partir da greve de 1919. A legislação sobre acidentes de trabalho já havia sido sancionada em 1919, mas só em 1926 se efetivava.

E continua no que adiante será mais uma fagulha da simpatia angariada quando afirma CANO (2012, 905): “A lei de férias e o Código de Menores eram sancionados em 1926, mas também continuariam como ‘letras mortas’”. Tanto porque, em caráter de repositório da época arremata sobre as pautas reivindicatórias das classes trabalhadoras que “quase sempre eram acompanhadas de reivindicações de direitos civis, como liberdade de sindicato e de sua imprensa, voto secreto, liberdade de reunião etc.”

Eis que D’ARAÚJO (2006, 217-218), discorrendo sobre a instituição do sindicalismo no Brasil – o que chamará de “a maior reforma do governo Vargas” - nos esclarece que tal se dá por inspiração na doutrina corporativista, solução para o problema da luta de classe nos modelos capitalista e socialista em fortalecimento no início do século XX como solução, e da necessidade da promoção do equilíbrio social por intermédio de um Estado que seria o organizador e mediador dos conflitos, mantendo a hierarquia, mas promovendo um equilíbrio social. Daí que uma sociedade setorizada pelo critério de atividades produtivas possibilitaria a reunião dos grupos em nome de interesses comuns.

Vale acrescentar argumentos de GOMES (2005) de que a primeira fase do governo revolucionário fora liderada pela Junta Governativa, composição feita por militares até a posse de Vargas, destacando que foi um período muito violento com relação ao movimento sindical. Faz-se esse destaque por que, “os trabalhadores tinham sido sensibilizados pela campanha da Aliança Liberal e estavam na expectativa de tempos melhores.” Tendo na posse, esse cenário se alterado e havido permissão para o reestabelecimento de sindicatos outrora desativados, e no mesmo mês sido criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sendo esse o início de uma relação entre Trabalho-Estado-Capital.

Afirma ela que apenas do Decreto nº 19.770, de março de 1931, ficariam elucidadas as reais intenções do governo quanto ao sindicalismo, GOMES (2005, 163):

Consagrando o princípio da unidade e definindo o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público, o decreto trazia as associações operárias para a órbita do Estado. Além disso, vedava aos sindicatos a propaganda de ideologias políticas ou religiosas, e, embora estabelecesse a sindicalização como facultativa, tornava-a na prática compulsória, já que apenas os elementos sindicalizados poderiam gozar dos benefícios da legislação social.”

Podemos resumir, com base em SANTOS (1993) como sendo uma expectativa de bem-coletivo via Setor Público, onde há o ordenamento da competição econômica entre Público e Privado, a partir da organização da população em categorias profissionais com evidente

estratificação da cidadania e atendimento ao movimento operário, conquanto, à evidência do Governo Pós-30 há o escambo entre o Estado e Trabalhadores pelo “Bem-Estar” - um protecionismo social em troca de domesticação política - na escassa institucionalização corrente, não obstante o elo representativo nas Lideranças Sindicais seja de todo presumido.

Entendimento assemelhado ao que propõe DINIZ (1978, 92) acerca de que haveria uma expansão das funções do Estado em direção à subordinação dos interesses individuais aos coletivos, enquanto ainda devesse ser um limitador às iniciativas individuais e privadas, nos moldes da ação reguladora, sobretudo na esfera econômica, onde a produção deveria ser de domínio privado, defendendo-se que “(...) enfim, intervenção do Estado na economia como regulador, mas não como produtor”.

Finalizando a discussão sobre o novo Ministério e a Lei de Sindicalização, GOMES (2005) ainda reitera que, eles foram inicialmente alvo de críticas, dentre as quais de membros do governo que receavam tanto poder nas mãos do executivo e outros desejando ainda maior fiscalização sobre o novo órgão. Teve como primeiro gestor, o oligarca gaúcho, Lindolfo Collor que seria substituído por Salgado Filho, já com o descontentamento paulista anunciado, esse lideraria a pasta até a promulgação da nova Constituição em julho de 1934. Foi sob sua tutela que as principais concessões ao trabalhador foram feitas, entre elas: regulação de jornada, férias e trabalho feminino e infantil, além da expansão aos “direitos previdenciários”, e ainda o movimento embrionário da Justiça do Trabalho.

É importante citar DRAIBE (2004, 82):

Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1931, e a organização de seus departamentos técnicos, como o Departamento Nacional do Trabalho, em 1932, (...) estabeleceram-se as bases institucionais para a regulação das relações de trabalho. O seu significado mais geral é a "estatização" da luta econômica de classes, desde aí inevitavelmente mediada pela ação regulatória do Estado. A estruturação do sindicalismo de Estado aprofundará esse movimento.

Tanto assim FONSECA (2004) em análise da proposição do intervencionismo estatal, entende que se buscará na aliança entre indivíduos e Estado - devendo este ser garantidor dos direitos individuais enquanto tutor de expectativas sociais, o suporte para que a dita intervenção estatal seja aceita como necessária - a legitimação que irá caracterizar as iniciativas que redundem na replicação do pensamento corporativista e a tendência associativa, tudo em nome do fortalecimento do Estado protetor e da resistência ao capital. Completando essa ideia, vemos que suas conexões vão se ramificar em teias de influência, ao encontro do que nos indica WEFFORT (1980, 20-21) que:

as associações tendem a constituir-se não propriamente em fonte do poder político mas em mecanismo que ajuda a estabelecer as condições que o fazem mais eficiente. (...) No que se refere à estrutura sindical, é fora de dúvida que, considerada de conjunto, ela se colocou como intermediária entre o poder político e a classe; pode-se mesmo dizer que, de maneira geral, ela representou a classe para reivindicações econômicas junto ao poder e, por outro lado, representou (com menor êxito) o poder junto à classe para apelos políticos.

Mas a tentativa de compreensão programática como que explicativa ao ato “revolucionário” careceria ainda da busca de antecedentes, indo além de um esforço de entendimento por si só. Isto por conta de se verificar haver na linha programática da Aliança Liberal itens para além do que a superação da estratificação hierárquica na luta de poder, a questão do modelo eleitoral viciado ou mesmo, no dizer de Vargas, os meios de “regenerar os costumes políticos”.

Mas se no alinhavo político a trama deve se destinar à organização, é possível supor que para este primeiro momento que precede a ação revolucionária ainda não há clareza quanto ao panorama das possibilidades de formatações e extensões, o que favoreceria a particularismos ou as sobras proveitosas das práticas que se pretendiam, em tese, superar. Sendo necessário considerar, antes das eleições, ser o movimento revolucionário uma articulação inadiável – que viria de qualquer forma, ou, eventualmente, caso Vargas as vencesse - em cenário eleitoral viciado e corrompido, que já se sabia existir tal como se assenta no Manifesto da Aliança Liberal.

Esse documento possuiu tópicos nomeados como: “Voto secreto”, e dele retiramos os seguintes recortes, BONAVIDES E AMARAL (2002,151): “A única questão de fato que hoje existe é, pois, a seguinte: há de o voto, que já é legalmente secreto, ser passível de fraude, como ora acontece, ou deve a lei, pelo contrário, protegê-lo e tornar inviolável a própria condição diferencial, que ela expressamente lhe atribui e define?” e “quer nos parecer que não haja uma única inteligência, forrada de medianos atributos morais, que possa aconselhar a continuação da monstruosidade praticada no Brasil, em matéria de voto.” Esse documento possui ainda tópicos como “Punição das fraudes”, “Poder político e poder partidário” etc., com alusões e questionamentos ao processo eleitoral vigente.

Vamos encontrar em OLIVEIRA (20-?: online)²⁵ novamente uma alusão capaz de nos fazer enveredar para a admissão de que em alguma medida as opções que viriam a ser características do Governo Provisório, como defensoras de uma pauta resultante de um alinhamento restaurador de práticas indesejáveis, precisava dar conta de um eventual revés antes mesmo de existir, explicando-se que no curso da campanha eleitoral, em dezembro de 1929, que “(...) Vargas, um pouco seguro

²⁵ Encontrado no link na nota anterior, acessado em 01/04/2020.

em relação ao futuro, estabeleceu um acordo com Washington Luís através de seu correligionário político Firmino Paim Filho, à revelia de Minas Gerais e da Paraíba.”

Abaixo, citação que explicita o acordo mencionado acima e nos alerta que a “República Velha” seria nefasta – e assim alvo da superação, por seus acordos tácitos em ABREU (20-?: online)²⁶:

Nesse acordo ficou acertado que, caso fosse derrotado nas eleições, Vargas se conformaria com o resultado e passaria a apoiar o governo constituído. Em compensação, Washington Luís e Júlio Prestes se comprometiam a não apoiar elementos divergentes da situação do Rio Grande do Sul e a não lhes fornecer quaisquer recursos, bem como a não ordenar demissões ou transferências de funcionários federais filiados ao PRR.

O manifesto da AL que se verá depois, conhecido por suas aspirações de mudanças, foi construído e defendido mergulhado em uma trama de articulações transparecidas nas citações acima e complementada com ABREU (20-?: online)²⁷ que:

E, mais importante, comprometiam-se a reconhecer na apuração das eleições de representantes ao Congresso Nacional os candidatos diplomados. Do acordo constava também que Vargas restringiria sua participação pessoal na campanha ao Rio Grande do Sul e que após as eleições as relações entre o Rio Grande do Sul e o governo federal seriam restabelecidas nos mesmos termos anteriores à divergência sobre a sucessão presidencial. Vargas munia-se assim de um instrumento que lhe permitiria uma saída, qualquer que fosse o resultado das eleições.

Este acordo viria a ser em parte rompido – embora não se possa ignorar que se dissimulava a manutenção dos interesses articulados por simpatizantes na fase pré-eleitoral, ademais de ser possível apontar um Vargas reticente quanto a movimentos inconformados - depois do acirramento da campanha, com episódios hostis entre os divergentes, situacionistas e oposicionistas, especialmente quando o debate político ganha às ruas e passa a se refletir em ações de retaliação parte a parte em diferentes regiões. Portanto, a regeneração política do Brasil, parece ser o estandarte para aqueles momentos de intensa articulação e tensão na cena nacional.

A pauta revolucionária, suas motivações, ideias e objetivos, como já mencionado, tiveram suas expectativas iniciadas na década de 1920, período no qual se observará um comportamento mais exigente de novas forças sociais – as camadas médias e as massas urbanas - consequente dos efeitos de um crescente processo de urbanização e de industrialização, quando então se assistirá a pleitos de inclusão, ou seja, maior participação dessas categorias, em forma de reivindicações e pressões, que culminarão na contestação do Estado Oligárquico.

²⁶ Extraído de: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALIAN%C3%87A%20LIBERAL.pdf> e acessado em 01/04/2020.

²⁷ Retirado do artigo da nota anterior, acessado em 01/04/2020.

A vedação de participação daquelas forças sociais no processo político, ou a incapacidade de absorvê-la, por parte daquela estrutura política, não parece ser motivo de incômodo para o polo patronal dos setores industriais emergentes, cogitando-se se também passou a margem de um eventual distanciamento da percepção de influência produtiva e política entre o setor agrário – em franca preponderância - e o setor industrial.

Assim, o alcance da matriz política da Aliança Liberal – deflagrada a campanha aliancista, que se apresentava como um movimento civil e que afiançado no alinhamento de três estados liberais – sem apelos nas dimensões regionalistas tradicionais, vai se sustentar no Movimento de 30, como descrita na conhecida repulsa ao sistema político da “República Velha” porque: a) Terá que suplantar a hipertrofia de poder; b) Deverá pôr fim à fraude eleitoral; expostos nos tópicos programáticos supramencionados.

Não se perca de vista que os opositores vêm em afronta ao compromisso tácito característico da “política dos governadores”, segundo o qual os benefícios públicos locais estavam atrelados à troca de apoio ao governo central. Sobretudo, em forma de votos que por meio de favores e coerção garantiam a eleição de candidatos governistas, em todas as esferas. Isso valia nas nomeações e determinações de integrantes de comissões de Verificação Eleitoral, viciando e alterando o processo eleitoral, as tais “Eleições de Bico de Pena”. O acordo era baseado no chamado “clientelismo”, definido por CARVALHO (1997).

Necessário, portanto, avançarmos na tentativa de compreensão do Programa da Aliança Liberal para os desdobramentos buscados, desde então conhecendo o fato de que em sendo uma coligação oposicionista ao Partido Republicano Paulista – PRP.

Optou-se, como se vê adiante, pela apresentação em forma de listas em paralelo, não buscando correspondência nas listagens, sendo essa feita em formato de tabela abaixo das listas. A decisão se dá para mantermos a ordem original com que os itens aparecem em seus documentos pois essa não acontece por acaso. Ressalto também que o público alvo do Manifesto da Aliança Liberal e do discurso pronunciado por Getúlio Vargas por ocasião de sua posse, eram diferentes, tendo o manifesto o intuito de se representar enquanto documento eleitoral, visando aumentar o número de votos da aliança, alcançando pessoas letradas. Já o discurso é proferido já em cenário pós-golpe, em programa radiofônico, para atingir as massas populares, ainda acrescido de ambientação em arroubos de uma vitória pelas armas.

MANIFESTO DA ALIANÇA LIBERAL REDIGIDO POR L. COLLOR 20/04/30
Anistia (1)
Voto secreto (2)
Punição das Fraudes (3)
Poder político e poder partidário (4)
Instrução pública (5)
Higiene (6)
A profissão sanitária (7)
Ordem Social (8)
Justiça (9)
Funcionalismo (10)
Ordem econômica (11)
Transportes (12)
Balança comercial e balanço de pagamentos (13)
Tarifas (14)
Finanças (15)
O Distrito Federal (16)
Exército e Marinha (17)
As obras contra a seca (18)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO DR. GETULIO VARGAS POR OCASIÃO DE SUA POSSE COMO CHEFE DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA 3/10/30
1. Concessão de anistias;
2. Saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária;
3. Difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados. Para ambas as finalidades, justificar-se-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas;
4. Instituição de um Conselho Consultivo, composto de individualidades eminentes, e sinceramente integradas na corrente das ideias novas;
5. Nomeação de comissões de sindicâncias, para apurarem a responsabilidade dos governos depostos e de seus agentes, relativamente ao emprego dos dinheiros públicos;
6. Remodelação do Exército e da Armada, de acordo com as necessidades da defesa nacional;
7. Reforma do sistema eleitoral, tendo em vista, precipuamente, a garantia do voto;
8. Reorganização do aparelho judiciário, no sentido de tornar uma realidade a independência moral e material da magistratura, que terá competência para conhecer do processo eleitoral em todas as suas fases;
9. Feita a reforma eleitoral, consultar a nação sobre a escolha de seus representantes, com poderes amplos de constituinte, afim de procederem á revisão do Estatuto Federal, melhor amparando as liberdades, publicas e individuais, e garantindo a autonomia dos Estados contra as violações do governo central;
10. Consolidação das normas administrativas, com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação vigorante, bem como de refundir os quadros do funcionalismo, que deverá ser reduzido ao indispensável, suprimindo-se os adidos e excedentes;
11. Manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias – único meio eficiente de restaurar as nossas finanças e conseguir saldos orçamentários reais;
12. Reorganização do Ministério da Agricultura, aparelho atualmente rígido e inoperante, para adapta-lo ás necessidades do problema agrícola brasileiro;
13. Intensificar a produção pela policultura e adotar uma politica internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis;
14. Rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado ás industrias artificiais, que não utilizam matéria prima do pais e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando;
15. Instituir o Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e defesa do operariado urbano e rural;
16. Promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terra de cultura ao trabalhador agrícola, preferencialmente ao nacional, estimulando-o a construir com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade;
17. Organizar um plano geral, ferroviário e rodoviário, para todo o pais, afim de ser executado gradualmente, segundo as necessidades públicas e não ao sabor de interesses de ocasião.

Tema	Correspondências	Tema	Correspondências	Tema	Correspondências
Eleições	(2), (3), (4) – 7., 9.	Adm. Pública	(10) – 4., 5., 10., 11.	Economia	(11), (13), (14) e (15) – 12., 13., 14.
Anistia	(1) - 1.	Educação	(5) – 3.	Transporte	(12) – 17.
Sanitarismo	(6), (7) – 2.	Forças Armadas	(17) – 6.	Seca	(18) – S/C
Social	(8) – 15., 16.	Justiça	(9) – 8.	Distrito Federal	(16) – S/C

* os números entre parênteses representam o Manifesto, os seguidos de um ponto final, o discurso de posse;

** o termo S/C significa sem correspondência.

Afetada pelas complexidades peculiares das influências estruturais e conjunturais, a pauta econômica é aquela que vai perpassar, desde a sua proposição, a todo o período estudado. Em torno

de seu debate vai se assentar o ideário de importância e fortalecimento do país na busca de desenvolvimento e progresso, desdobrado, como que correlacionado, em diferentes frentes de expectativas, especialmente as de ganho social. A adoção de medidas protecionistas em nome do desenvolvimento e em favor de um modelo industrial que dê proveito à matéria-prima nacional também se dedicará ao fortalecimento do Estado em torno de um projeto de independência econômica a ser alcançado, por exemplo, pela indústria siderúrgica que, segundo a Pauta da Aliança Liberal por intermédio de seu Manifesto, bastará para a “prosperidade do país”, entendimento compartilhado por BONAVIDES e AMARAL (2002, 158).

A conciliação entre um novo modelo que se vê como entusiasta da diversificação econômica com aquele que se fundava na especialização típica da monocultura deverá ter fôlego nas proposições e medidas que interessem às mudanças. Desta forma, atraia uma revisão de posturas para a renovação das iniciativas que não representem o entendimento de abandono ao produto café e às atividades primárias de maneira geral, particularmente pelo fato de a dependência de matérias primas ser o elo que reposiciona o agronegócio FONSECA (2011) arrefecendo o debate sobre um eventual paradoxo entre as decisões de cunho econômico, como que relacionadas às origens do Movimento, e dos apoios políticos dados aos grupos rivais por ocasião das eleições.

O cenário político que se inicia com uma pauta de regeneração moral da vida política, na lisura do voto e do processo eleitoral, ademais de medidas inclusivas e de cunho participativo, irá tomar o rumo do embate, pulverizada que foi com a crença de conformidade e expectativa inicial.

Ligada ao discurso justificador do que precisava mudar irá esmaecer para novas expressões de um poder que agora disputado em novo cenário e contra forças e circunstâncias diferentes de 1930.

II.3 – A “Revolução de 1930” e suas inquietações

Introduzirei o debate com argumento embasado por SKIDMORE (2010), observando com olhar do final de 1930, a revolução, parecia ter sido somente mais um episódio de disputa interna da elite nacional, que se transformara lentamente, dominando o país desde a independência. Concordando com essa conclusão a partir da análise de que as correntes políticas e estruturas sociais não se alteraram após a revolta e o país seguia majoritariamente rural, tendo mais de setenta por cento da força de trabalho alocada no campo ainda.

E a visão do autor é completada com, existiam porém dois fatores que faziam do capítulo 1930 uma fato único na história do país: o primeiro foi que os revolucionários puseram fim a republica conhecida desde a sua fundação, aproveitando das cisões internas estruturais do modelo

anterior e da crise econômica internacional; o segundo, existia um grande pacto, antes de 1930, sobre a necessidade de rever-se o modo de fazer política brasileiro. Mas a distância entre o descontentamento e as ações do grupo que ocupava o poder era enorme.

Mas o enfrentamento ao modelo terá pela frente o Estado de São Paulo, até então pretensão detentor do direito à hegemonia política diante de seu elevado grau de importância para o país, ao que se supõe uma guerra deliberada e oportunista, especialmente quando submetido à intervenção de sua gestão, como de regra a todos, por um ‘tenente’. (o pernambucano João Alberto Lins de Barros).

Não aparentando originalidade, o movimento revolucionário terá pela frente no Governo Provisório a necessidade de convivência com o inventário político de vencidos e de vencedores, ensejando o reagrupamento e as articulações dos seguimentos políticos para um novo projeto oposicionista e, no interior de suas bases, reclamos para o avançar das agendas que lhes eram identificadas como parte do projeto de poder.

As tensões e manifestações em prol da reconstitucionalização do país darão na Revolução Constitucionalista de 1932 no Estado de São Paulo, movimento originado no Partido Democrático, de gênese paulista, representado por industriais e elementos da classe média, com o pleito central de uma nova Constituição, mas também a exigência de que o interventor indicado por Getúlio fosse um paulista e civil – com a possível pretensão de retomada do poder pela aristocracia paulista, o que no dizer de SOUZA NETO e SARMENTO (2017, 117) “a reconstitucionalização demorou mais do que o tempo necessário à estabilização da nova ordem”.

De acordo com SKIDMORE (2010) em meados de janeiro de 1932 o Partido Democrático retirou o apoio ao Governo Provisório, organizando, no período de um mês, uma Frente Única Paulista, coligados com a Liga de Defesa Paulista e uma parcela do Partido Republicano Paulista, deixando clara a insatisfação de diversas vertentes políticas do estado. Ao longo do mês seguinte, e os ministros gaúchos, Maurício Cardoso e Lindolfo Collor, da Justiça e do Trabalho, respectivamente, renunciaram aos cargos e no fim de março o Rio Grande do Sul formaliza ruptura com o governo. Nesse mesmo momento existe divergência nas lideranças mineiras sobre o apoio ao Governo Vargas e sobre apoiar uma revolta armada ao regime. Parecia que Getúlio conseguira a oposição conjunta dos três estados mais poderosos da união, SP, MG e RS. Culminando com a eclosão da revolta armada a 9 de julho de 1932, catalisada por confrontos populares entre simpatizantes parte a parte, não tendo bastado para se evitar a eclosão a providência de nomeação para interventor de Pedro de Toledo, paulista e civil.

A estrutura de apoio, que durou em confronto com as forças legais por apenas três meses, contava com os rebeldes mineiros liderados por Artur Bernardes e os rebeldes gaúchos por Borges de Medeiros, mas não reunia condições bélico-militares para tal enfrentamento, sendo interpretado como apenas um movimento separatista. A rendição, enquanto representasse um inequívoco fracasso militar renderia uma visão alternativa sob a perspectiva política. Com isso, evidencia-se a existência de duas concepções de Estado: de um lado o liberalismo, que pressupõe o indivíduo acima do Estado e, do outro, o intervencionismo do Estado na política, na economia e nas relações entre classes, produzindo o centralismo – no caso, confirmando-o.

Uma proposta liberalista como a que incorporada pela Aliança Liberal parecia ser controversa e incapaz de se coadunar com a solução dos problemas nacionais, uma vez que sua matriz pensava ser calcada no espírito idealista que informava as bases do democratismo francês, no liberalismo inglês e no federalismo norte-americano. Já com o tônus autoritário, deveria estar apta a remodelar a democracia tal como esperado.

Portanto, a admissão de existência de dois cenários contextuais possíveis na análise da transição trazida pelo Governo Provisório – continuidade ou ruptura - repercute a complexidade da análise e conduz a consolidação da importância temática da fase inicial da Era Vargas. Senão vejamos: 1) Caso se opte por considerar o caráter continuísta dos padrões estruturais – níveis econômicos e político, vamos ver como possível a incidência do capitalismo; do patrimonialismo e do autoritarismo, respectivamente. 2) Caso se opte por considerar os novos aspectos, podemos constatar a hipótese de inserção de uma política social e do corporativismo, sentido de ineditismo e de mudança radical.

Caso prevaleça a ênfase para a segunda característica, uma hipótese que justificaria a ruptura pela intercorrência de um modelo e práticas liberais com o atributo básico de não intervenção estatal no âmbito do mercado de trabalho, temos uma conotação revolucionária. Caso se entenda a primeira característica, haveremos de pesquisar as razões pelas quais um possível prolongamento de tais práticas irá ser desalinhado com o discurso de mudança sustentado.

Este convívio entre tendências vindas do Liberalismo e do Centralismo explicaria uma mudança a conta gotas como que fazendo transparecer a capacidade articuladora de Vargas em manobras que iam acomodando aos grupos conforme o possível. O Código Eleitoral de fevereiro de 1932 e o Decreto de 15 de março, que marcava para 3 de maio de 1933 as eleições para uma Assembleia Constituinte, foram exemplos disso.

No debate sobre a intencionalidade do modelo adotado como indutor do crescimento econômico, no desenvolvimento da indústria de base parece permear a tentativa de compreensão

do período, marcado no campo político pela concentração de poder e pelo intervencionismo. Temos sua intencionalidade negada por FAUSTO (1995) pela crença do não apoio das lideranças industriais à oposição, constantes somente a partir do Estado Novo segundo MARTINS (1982) quando do aprofundamento das políticas relacionadas, e de ideias favoráveis à intencionalidade do grupo revolucionário, segundo FONSECA (2011) e DINIZ (1978) por conta do fato de se identificar na pauta da Aliança Liberal uma agenda de diversificação da economia.

Sobre o Estado de Compromisso, acerca das percepções de FAUSTO (1995) uma vez que na conformação social da base revolucionária era possível identificar o seu traço de heterogeneidade, o que possibilita justificar a própria complexidade programática pré-eleitoral da Aliança Liberal, se dirá como consequente de um fracionamento que conotaria a possível inexistência de uma classe dominante na ascensão política buscada e apoiada. A localização de tais extratos sociais a partir de seus respectivos posicionamentos e influência, tanto na confecção da pauta quanto no ritmo e efetividade de sua execução, haveria de ser organizada em torno de agendas, ou no reconhecimento da nova ordem, quais os interesses seriam dominantes.

Se o termo chave é ‘interesses do movimento revolucionário’, se negligenciaria a proposta de entendimento de que o projeto decorresse: da capacidade de Vargas em se confirmar um líder ‘messiânico’, do que se incluir uma ideia de desenvolvimento vinculadas apenas as pautas agrupadas. Pois será preciso que as propostas anunciadas como redentoras se convertam em ações garantidoras de sustentação política.

Em outro enfoque possível, talvez até contrário, decorrente da proposição das Teses Dualistas – se ponderará que o movimento revolucionário guardava em si um espectro dualista enquanto incorporava interesses entre o setor agrário e o industrial – desdobrando-se em uma etapa natural da evolução do capitalismo, a se remontar em uma inevitável fagulha de revolução burguesa, podendo assim ser confirmado que não havia uma cisão entre os interesses de tais setores, agora muito mais dependentes entre si para a superação de suas próprias limitações.

Portanto, nos parece ser mais interessante explicar a Tese Dualista pela perspectiva das adesões capazes de dinamizar o Governo Provisório do que as eventuais cisões entre modelos e ideologias, embora as inquietações que se verão adensar no Governo Constitucional – embrionárias no período Provisório - demonstrem a dificuldade de convivência institucional quando se deparam as diferentes formas de se pensar os rumos do país.

A reflexão em torno das interpretações acerca do significado sociopolítico da “Revolução de 1930” se deu, tendo-se por base aquele “dualismo”, requer que se considere tratar de modelo robustecido no início do século XX como que a explicação do processo de desenvolvimento do

capitalismo tardio nos países periféricos, sobretudo na América Latina, em modelo conceitual da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - e revisitada por Celso Furtado e outros.

Um eventual descompasso entre este momento com o que já se experimentava em ambientes políticos e econômicos em outros eixos possibilita que a hipotética tensão existente entre dois setores centrais: de um lado o setor “atrasado”, agrário; do outro o “moderno”, industrial. O primeiro institucionalmente tradicional e ligado ao imperialismo, isto é, baseado em relações sociais praticamente servis centralizadas na figura dos latifundiários. Já o segundo, com instituições mais desenvolvidas e relacionamentos menos rígidas. Essa tensão justificaria o retardo do processo de recuperação, vez que é exatamente a partir desse raciocínio que se deflagra o ímpeto de remodelagem do desenvolvimento.

É preciso reconhecer que seria preciso habilidade para a admissão da convergência de fatores políticos para explicar a passagem de modelos – que já se assinalava na década precedente, motivando uma reinterpretação ou mesmo a desconstrução da imagem de setores de aparência retrógrada e atrasada ou de vanguarda – como no caso o agrário e o industrial, respectivamente, pela crença difundida de que os primeiros seriam incapazes de estruturação, econômica e política - e como afirma MARTINS (1982, 674) acerca da capacidade organizativa oligárquica vista na política e na economia na fase dos Governadores da “República Velha”, será preciso comprovar que eram capazes de “inserir novos elementos políticos sem perda de dominação”.

Por seu turno, as justificativas sobre o atraso ou avanços do capitalismo como que atreladas às características intrínsecas aos modelos em eventual disputa, como se vê em FAUSTO (1995) não parece suficiente para explicar a existência de um antagonismo capaz de segregar esforços, mesmo que o modelo a ser rompido, sendo mais plausível que ao invés de um distanciamento polarizador dos setores agrário e industrial se vissem como de esforços complementares na nova ordem que se estabeleceu. A tentativa conciliatória, ao que se aliaria ao entendimento da geração de divisas pelo aumento de lucros, repercussão nos salários, reflexos nas exportações e aquisição de divisas para a aquisição de bens de capital na industrialização que se ampliaria.

Identificar as intencionalidades de Vargas para o empreendimento da indústria nacional, como que em atendimento ao Programa da Aliança Liberal, nos parece inequívoco, mas precisa ser compreendido como parte de um processo gradual e circunstancial dentro da modelagem possível para a transição entre a caracterização política e a cena econômica interna e externa.

Caso se reconheça na Pauta Revolucionária os ideais do projeto de industrialização e se as mudanças institucionais ocorridas nos campos políticos e econômicos são correlacionadas àquelas

do âmbito social, onde o Estado tornou-se mais centralizador e interventor. A opção de organização das classes trabalhadoras por meio de sindicatos e adoção dos modelos corporativistas, ampliando-se assim a capacidade de adesão ao projeto e mesmo a perspectiva de controle social em vista das providências e de seus cronogramas possíveis indicaria que para o primeiro estágio de ação o Governo Revolucionário e Provisório, já havia alcançado seu intento.

O aspecto institucional representado por uma nova constituição, canal político e jurídico para, conduzir tais pautas, será um dado relevante para a compreensão de que o rompante revolucionário precisava se impor contra as estruturas antes de aperfeiçoá-las, ficando claro que os ganhos normativos, políticos, sociais e econômicos ainda não estavam harmonizados em uma plataforma política de alcance nacional e o protelamento da instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte revelava que a “Revolução” não tinha pressa.

Concluimos esse capítulo, observando que já se sabia da necessidade de reestruturação política nacional, tendo os “revolucionários” encontrado uma brecha na dificuldade conciliatória verificada no processo eleitoral e no cenário global de crise instalado. O Governo Provisório se notabiliza por uma arrojada e surpreendente concentração de poder. Construída a partir de uma certa euforia entre parte da elite e do povo, mesmo não tendo sido unânime foi capaz de suportar as insatisfações. Isso se justifica pela capacidade de articulação do então presidente Getúlio Vargas, que possibilitou a longa convivência entre o Liberalismo e o Centralismo. O período é destacável por todas as concessões feitas aos trabalhadores, urbanos quase que em totalidade, e reformas administrativas para tal. Veremos a seguir a tentativa de legitimação do projeto, que se amparou na recuperação da institucionalidade, experimentando sua fase constitucional.

III. CAPÍTULO - GOVERNO CONSTITUCIONAL, UM SOPRO DE DEMOCRACIA

Nesse último capítulo trataremos desse que podemos definir como um pequeno movimento em direção à democratização do país, cuidando de explicar suas características e os obstáculos para que o período fosse encurtado – ainda que atrelado à continuidade do Movimento Revolucionário e o seu redirecionamento para um modelo ditatorial sem adornos ao qual o Brasil foi apresentado.

III.1 – Retorno à Democracia. De como afinal as Constituições são como manto.

Iniciaremos esse tópico com uma análise dos principais pontos contidos na Carta Constitucional de 1934²⁸, promulgada a dezesseis de julho, sendo a positivação da recuperação da institucionalidade, buscando compatibilidade com a pauta revolucionária e com o programa da AL explicado no capítulo anterior: 1) Liberal e Centralizadora; 2) Regime presidencial e federativo; 3) Extinção do cargo de vice-presidente; 4) Voto obrigatório a maiores de 18 anos, secreto e feminino (pela 1ª vez no Brasil); 5) Ensino primário obrigatório e gratuito; 6) Autonomia dos sindicatos e representação profissional²⁹; 7) Restrição à imigração; 8) Nacionalização das empresas estrangeiras de seguros; 9) Proibição a empresas estrangeiras e/ou anônimas de se apossarem de órgãos de divulgação; 10) Criação do mandado de segurança para a defesa dos direitos e liberdades individuais; 11) Três Poderes - Executivo, Judiciário e Legislativo; 12) Jornada de trabalho de 8 horas, salário mínimo, férias, descanso semanal e proibições ao trabalho de menores de 18 anos.

Sendo importante retomarmos a informação de que durante o Governo Provisório diferentes medidas foram adotadas, as quais podemos confirmar que de fato alinhadas com a linha programática da Aliança Liberal, tais como, edição de um Código Eleitoral, a criação da Justiça Eleitoral, a instituição do ‘voto secreto’, instituição da representação classista, bem como a confirmação, via estruturação burocrática, com a criação e redimensionamento de Ministérios, da vocação social e interventora, na roupagem nacionalista da economia. Assim, a Constituição de 1934, em estilo normatizador, além de reconduzir aquelas providências nascidas do ambiente da

²⁸ Interpretação feita a partir do site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm, acessado em 31/03/2020.

²⁹ A confirmação da visão de Vargas sobre o tema, ao qual já se apegava quando ainda Governador no RS, eis que, ao final de seu primeiro ano de mandato, em 1926, discursando para organizações de produtores e sindicatos, mais especificamente para os produtores de arroz, quanto à estratégia de controle e oferta para a manutenção elevada de preços, dirá “Ao Estado cabe estimular o surgimento dessa mentalidade associativa, valorizada com sua autoridade, exercendo sobre ela um certo controle para lhe evitar excessos (...)”, o que viria a proporcionar um surto geral de “associatividade”. Conforme NETO, L. GETÚLIO (1882 – 1930): DOS ANOS DE FORMAÇÃO À CONQUISTA DE PODER. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, disponível <http://books.google.com.br>. Também ABREU, A. A. DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889 – 1930). Rio de Janeiro: Editora FGV, disponível [Http://cpdoc.fgv.br](http://cpdoc.fgv.br).

provisoriamente, também faria incluir as seguintes características no que seria a posituação da recuperação da institucionalidade.

Mas se requer um debate que procure uma contextualização.

A cena nacional era a que já contava com as insatisfações, com a agenda política “revolucionária” e seus cronogramas, como se viu tratado acerca da Revolução Constitucionalista de 1932, de espectro separatista. Por seu turno, a cena internacional precedente, em influência já na Década de 1920, era de crise e enfrentamento ao Liberalismo, o que em tese aqui se fazia acompanhar, tais como o abandono do “absenteísmo estatal”, nos Estados Unidos, “com as políticas intervencionistas do Presidente Roosevelt, conhecidas como o *New Deal*”, conforme SOUZA NETO e SARMENTO (2017).

E é nesse modelo em difusão na Europa, os governos autoritários e de direita, que estabelecidos na Itália, Portugal e Espanha e, em ascensão na Alemanha - destaca FAUSTO (1995) que Mussolini ascende em 1922 e que o nazismo assume em 1933 - que se encontra o substrato de legitimação buscado no autoritarismo por via normativa eis que, segundo SOUZA NETO e SARMENTO (2017, 117): “o constitucionalismo social procurava conciliar respeito aos direitos individuais e a democracia com a promoção da igualdade material por meio de direitos sociais e da intervenção do Estado na economia”.

Aqui, convém abordar brevemente os movimentos precedentes à promulgação, relacionados aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte instalada em 1933. Esta teve como antecedente a edição do Decreto nº 21.402, de 14/5/1932, o qual fixou o dia 3 de maio de 1933 para sua eleição e ainda criou a Comissão Itamaraty. Era uma comitiva heterogênea em perfil ideológico, criada para a elaboração de um anteprojeto, e seu funcionamento foi regulamentado pelo Decreto nº 22.040, de 01/11/1932, em um ambiente que tentava equalizar pleitos insatisfeitos, dentre eles, os relacionados à Revolução de 1932, a qual foi catalisadora da Constituição. O Decreto nº 22.621, de 05/4/1933³⁰ normatizou a convocação da Assembleia e o Decreto nº 23.102, de 19/8/1933, que a convoca, definindo o dia 15 de novembro para sua instauração.

SOUZA NETO e SARMENTO (2017, 118) alertam para o fato de que os trabalhos da Comissão do Itamaraty não foram submetidos à Comissão Geral, pretextando a poupança de tempo, e que “ A Assembleia Constituinte, diferentemente de outras que tivemos na história do país, não

³⁰ Conforme BONAVIDES, P.; ANDRADE, P. (2008, 277), os componentes 254 - e seu regimento, foram ali cuidados e “Destes, 214 seriam eleitos pelo sistema proporcional e outros 40 seriam representantes classistas, eleitos pelos sindicatos legalmente reconhecidos e por associações de profissionais liberais e de funcionários públicos”.

acumulou suas funções com a atividade legislativa ordinária”, centrando-se na elaboração da Constituição e “da eleição indireta do Presidente da República, dissolvendo-se logo em seguida”.³¹

Portanto, ratificando-se o ajuste programático entre a agenda política trazida pelo Programa da Aliança Liberal, e assim a pauta revolucionária, nos confirmam ARAÚJO e BOUCAULT (2017, 01) que: “Dessa forma, baseada nas propostas da Aliança Liberal, junto aos direitos individuais tradicionais e aos direitos sociais ou de prestação, constitucionalizava muitas medidas já tomadas pelo Governo Provisório”.

Os autores indicados trazem a informação de que à busca de uma formatação legalista para a Assembleia Constituinte em questão, o Governo Provisório contou com Hans Kelsen, jurista de prestígio e árbitro internacional em Genebra, a quem foi encomendado parecer acerca da forma pela qual se instituíra a uma Assembleia do gênero – por meio de Decreto, subsistindo dúvidas acerca de se poderia ou não legislar, com as atribuições clássicas de um órgão originário e supremo, sob a repercussão de um Estado amparado por um Golpe de Estado – o que por certo procurava alcançar a legitimidade para os desdobramentos que se seguiam, se havendo conseguido um entendimento que lhe dava amparo e respaldo, embora não o bastante para se diminuir a “tensão entre legalidade e legitimidade”.

De como tais providências repercutiram nas expectativas de então, vemos na fala de BONAVIDES (2006, 72) que o cenário era de “uma ordem legal em crise, um anseio de modernidade e mudanças, uma incerteza generalizada; em outras palavras, um Estado liberal que morria e um Estado social que ainda não nascera”, mesmo que se possa dizer que a Constituição de 1934 se inseria em um contexto no qual, em continuidade ao ideário revolucionário, como essencial para um projeto de construção e fortalecimento de um Estado Nacional – e por conseguinte, modernização do Brasil.

Em arremate, ARAÚJO e BOUCAULT (2017, 08) esclarecem: “o aproximar do que se chamaria de um Estado Social, em verdade, o que há é um Estado intervencionista que promove políticas de bem-estar, sem com isso, instaurar uma sociedade de bem estar”.

Mas as perspectivas geradas a partir de um movimento de constitucionalização alimenta as expectativas de que os interesses sociais ligados a um maior espaço político que buscados ao longo

³¹ A Comissão Constitucional para apreciar o anteprojeto, assim, foi composta da seguinte forma, conforme ainda BONAVIDES, P.; ANDRADE, P. (2008, 290): “26 membros – um de cada Estado, um do Distrito Federal, um do Território do Acre, e quatro representantes classistas. (...) a “Comissão dos 26” apresentou o parecer e o substitutivo ao anteprojeto da Comissão Itamaraty. Sobre tal substitutivo trabalhou a Assembleia Constituinte até 16 de julho de 1934, data da promulgação da nova Constituição”.

do período revolucionário – para as novas elites urbanas, civil ou militar, estavam como que possíveis de representação MARTINS (1982, 675).

Para uma construção política que suscita a aceitação para novos desafios, vamos encontrar na mensagem de Vargas por ocasião da instalação da Assembleia Nacional Constituinte lida em 15/11/1933, conforme transcrito por VARGAS (2007, 232):

Vale ponderar que a atividade do Governo Provisório não se verificou apenas na órbita propriamente legislativa. O caráter administrativo, que a distinguiu, evidencia-se em fatos da maior irrecusável relevância. Um dos nossos males é, justamente, o de acreditarmos que as medidas consignadas no texto das leis esgotam a capacidade construtiva dos governantes.

E é nesse ambiente de desafios e expectativas que é promulgada a Constituição de 1934, uma extensa Carta de 187 artigos, somados a outros 26 das Disposições Constitucionais Transitórias. Inauguradora do constitucionalismo social no Brasil, ao mesmo tempo que reconduzira a temas da pauta revolucionária vindos por atos normativos decretados, rompendo com o modelo liberal anterior. A nova Constituição irá também incorporar temas inovadores em relação às Constituições anteriores, 1824 e 1891, tais como a disciplina da ordem econômica, das relações de trabalho, da família, da educação e da cultura, alterando o modelo federativo para uma lógica de funcionamento cooperativo. Apresentará ainda distinção entre competências da União e dos estados, mas admitindo manejos concorrentes entre os entes, a convocar ações e articulações para iniciativas e esforços.

Confirmando-se a programação de “regeneração” da política, tal como defendido na gênese revolucionária, será previsto que as eleições ocorreriam por “sufrágio universal direto e secreto” – sendo suprimida a figura do Vice-Presidente, com a eleição para Presidente para um mandato de 04 (quatro) anos – vedada sua reeleição para o período subsequente (art.52).

Uma das providencias a se perceber é a estruturação do Poder Legislativo – composto pela Câmara dos Deputados e Senado, com mandatos de 04 anos (art. 22). E ainda descreve a composição da Câmara e prevê dois tipos de representantes: do povo (art. 23, § 1º e 2º) e das profissões (art.23, § 3º ao 9º).

Como ainda – as tais modificações - no plano das estruturas de poder e acerca do Poder Judiciário, no que teremos a manutenção da estrutura federativa, mas em confirmação àquela “regeneração”, se verá que a Justiça Eleitoral passa a ter assento constitucional (art. 82 e art. 83), em medida ratificadora da sua criação pelo Governo Provisório. Ainda trata da criação da Justiça do Trabalho (art. 122) – voltada a “dirimir questões entre trabalhadores e empregados, regidos pela legislação social”, vinculada à estrutura do Poder Executivo.

Para a análise sobre a questão do sistema de direitos fundamentais temos uma perspectiva positiva: um amplo elenco de direitos e garantias individuais se previam, não se estendendo ao trabalho rural. Estavam organizados nos Títulos que cuidavam da “Ordem Econômica e Social” e “Da Família, da Educação e da Cultura”, no que podemos em síntese arrolar as tradicionais liberdades civis, o mandado de segurança, a ação popular, o direito de propriedade e, a estes se juntam os direitos sociais, tais como salário mínimo (embora somente regulamentado em 1940) segundo nos lembra PAIM (2005), o limite de oito horas da jornada de trabalho, o repouso semanal remunerado, as férias anuais remuneradas e a indenização por dispensa sem justa causa, além da previsão de amparo aos desvalidos, à maternidade e à infância, o socorro à família numerosa e o combate à mortalidade infantil, o ensino primário gratuito, e, segundo SOUZA NETO e SARMENTO (2017, 121):

(...) na ordem jurídica brasileira depois da Constituição de 1934, os direitos fundamentais não poderiam mais ser concebidos exclusivamente como direitos de defesa, que limitavam a ação do Estado. Agora, ao lado desses direitos negativos, surgiam direitos positivos, que reclamavam a atuação dos poderes públicos em seu favor, e não o absentéismo estatal.

E arrematam: “Ademais, os direitos voltavam-se também para as relações entre particulares, como era o caso dos direitos trabalhistas, que visavam a proteger os trabalhadores da exploração pelos seus patrões, diante do reconhecimento da intrínseca desigualdade de poder existente entre eles”. Mas é certo que a proposta de implantação de políticas redistributivas como se fossem políticas meramente distributivas somente se dá pelo fato de que decorrem de um processo burocrático administrativo em instalação – sendo um processo de formalização - o que segundo SANTOS (1993) alimenta o significado substantivo da “política populista”, o que, na visão de SILVA (2004, 82), aludindo ao fato de a Constituição de 1934 não ser tão bem estruturada quanto a anterior, dirá que se “adotou, ao lado da representação política tradicional, a representação corporativa de influência fascista (art.23)”.

Em visão correlata, conforme aludido por VARGAS (2007, 80, *apud* DRAIBE, 1993), sobre o uso clientelístico da máquina do Estado, um dos eixos entre as categorias de análise para o período, terá que a criação do Ministério do Trabalho “que objetivava interferir sistematicamente no conflito entre capital e trabalho”, se alia a uma ideia de reconstrução social tutelada.

Relevante, considerar que a disciplina constitucional da economia é inaugurada nos moldes de disciplinamento e do dirigismo do mercado³², evidenciando a possibilidade de intervenção do Estado na Economia a partir do viés nacionalista já debatido ao longo do capítulo anterior, a partir da implementação do governo “revolucionário” – o que se verá confirmado quando da nacionalização das minas, riquezas do subsolo, águas e fontes de energia elétrica (art. 119), o que tornava condicionante a sua exploração à concessão federal.

Ainda importante destacar as restrições ao exercício de atividades econômicas e profissionais por pessoas estrangeiras (Título V - art. 119, § 1º; art. 131; art. 132; art. 133; art. 135 e art. 136), caráter diretivo que se assume como incorporador de conflitos, ou o melhor indício da mudança do estado patrimonial para o estado burocrático, segundo a proposição de ARAÚJO e BOUCAULT (2017).

Sobre o tema instigante das possibilidades de reformas - na verdade revisão e emenda (art. 178), estavam vedadas as pretensões de reformas durante o estado de sítio (Art. 178, § 4º) e nem seriam admitidos projetos que voltados à abolição da forma republicana federativa (art. 178, § 5º) - podemos resumir que a maior complexidade se relacionava à pretensão de modificação da estrutura de poder e, no rol de etapas de proposições e tramitação, evidenciando forma e ritmo de cautelas.

Portanto, a cena na qual trazida ao convívio normativo uma Constituição, e da qual se espera a redenção de diversificadas demandas travadas no processo de adiamento de conquistas individuais e coletivas, é de tamanho vigor que se insinuam liberdades que não se conseguem manter contidas para além dos discursos.

Se de um lado podemos constatar a curta existência na vida das normas para a Constituição de 1934, não podemos ignorar que o ideário que se incorpora será capaz de manter intermitentes fagulhas, tanto pelas proposições relacionadas às conquistas quanto à ideia de contenção ao retrocesso, embora se deva considerar que haveria diferentes formas de as ver, isto porque, segundo SOUZA NETO e SARMENTO (2017, 122) “os componentes liberais e democráticos da Constituição de 1934 não resistiram à radicalização do regime e do clima social da época”, ressaltando-se que o traço comum das aparentes divergências ideológicas seria a rejeição à democracia liberal.

³² Para BERCOVICI, G. Tentativa de instituição de democracia de massas no Brasil: instabilidade constitucional e direitos sociais na Era Vargas. *In: SOUZA NETO, C. P.: SARMENTO, D.(Org.) Direitos sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie*, p.32., em matéria econômica a Constituição basicamente absorveu mudanças que já haviam sido decretadas durante o Governo Provisório.

No dizer de CAMARGO (1992, 10), acerca da Constituição de 1934, que “teve vida curta, corroída pelas ambiguidades existentes entre o intervencionismo econômico e os direitos sociais de um lado, e o liberalismo político, postulando as autonomias estaduais e o fortalecimento do Congresso, do outro.”, dirá em complemento, acerca do fortalecimento da democracia representativa segundo seu juízo se instalou a partir da Primeira República, CAMARGO (1992: 16) que “as constantes restrições ao direito de voto (...), não impediram, tampouco, que o eleitorado urbano crescesse espetacularmente a cada nova abertura, e que a Justiça Eleitoral se aperfeiçoasse, diminuindo aos poucos o peso do ‘mandonismo político’ e da oligarquia rural.”, em admissão da competição política dentro das elites.

Temas como a anistia àqueles que participantes dos movimentos de 1922 e 1924, recorrente tanto no Programa da Aliança Liberal como no Discurso de Posse se resolvera desde a edição do Decreto nº 19.395, de 11/11/1930, - “art. 1º - É concedida anistia a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram nos movimentos revolucionários, ocorridos no país.”³³ Igualmente da pauta, fazia parte a preocupação com a autonomia administrativa e financeira do Distrito Federal, meta que acaba cedendo à indicação de Pedro Ernesto como interventor em 1931 – simpático de militares alinhados com o Tenentismo que, de tão bom desempenho administrativo e político, ofusca a cena política do Governo para gerar dissidência e mesmo perseguição política que lhe custaria, inclusive, a prisão³⁴.

À revisão de execução da Pauta Revolucionária se pode ainda incluir a questão da instituição de um Conselho Nacional Consultivo – art. 15 do Decreto nº 19.398, de 11/11/1930 - nas bases de componentes de notório saber, e que por certo influentes, em funcionamento dependente de regulamentação e que sugestivo de que pudesse dar a sustentação que se veria na Comissão Itamaraty³⁵, na feitura do Anteprojeto da Constituição e se verá na mesma, segundo SILVA (2004, 82), que se instituiu, ao lado do Ministério Público e do Tribunal de Contas, “os Conselhos Técnicos, como órgãos de cooperação nas atividades governamentais”, o que suscita a

³³ Pleito reconduzido da “Velha República”. Conforme publicado no “Memorial da Democracia”, memorialdademocracia.com.br, em alusão à notícia de 08/11/1930, “exilados se preparam para voltar ao país”. Em foto ilustrativa de 1924, se vê em grupamento de militares Castelo Branco, companheiro de Vargas na juventude no RS e futuro Presidente da República.

³⁴ “Anos de Incerteza (1930 – 1937) – Administração Pedro Ernesto. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br>, a Era Vargas1/Anos 30-37, Radicalização Política.

³⁵ Conforme GODOY (2017).

compreensão de que já se estivesse, com atenção à ideia de buscar credibilidade e sustentação para embates de ordem prática na tecnocracia³⁶.

Debatemos aqui a perspectiva constitucional em seu aspecto minimamente formal, considerando o ingresso na fase seguinte ao Governo Provisório, onde as conexões estruturais – ora remetidas a pleitos do passado, ora a medidas de inovação - tentavam se mostrar como capazes de sustentar o ritmo das mudanças no plano da gestão e o acréscimo das contradições e mobilizações típicas de ambiente democrático.

III.2 – Pormenores Políticos: A eleição indireta, a Constituição nascida morta, a pauta revolucionária com o tempo e a Economia em outro plano.

Consta em FAUSTO (1995) que já ao longo 1933, o tenentismo perdera força enquanto agrupamento político. Sua força dentro da instituição era uma grande ameaça hierárquica, portanto foi esvaída, além de não terem obtido o apoio popular esperado. Tendo parte de seu pessoal se sujeitado ao Governo Vargas e quem não se adequou, adensou os movimentos políticos, tanto os de direita quanto os de esquerda, que veremos a seguir. Acrescentamos que o fortalecimento das Forças Armadas no período foi marcante, sobrepondo-se as estruturas regionais.

Apesar disso, a coesão Governo-Militares não é defendida por FAUSTO (1995), ressaltando que o líder da revolução, entre os militares, era tenente-coronel (Góes Monteiro). Ainda sobre os militares, “A Revolução de 1932 contribuiu para a depuração do Exército”, de FAUSTO (1995). Culminando com a troca de 90 por cento do quadro de generais da ativa no fim de 1933, por figuras que seriam leais ao chefe do executivo. Dentre eles deve-se destacar Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra.

A partir da leitura de SKIDMORE (2010) retiramos que Getúlio Vargas fora eleito em julho de 1934 pela câmara dos deputados para mandato que vigoraria até janeiro de 1938, quando já estava marcada uma eleição direta, ou seja, através do voto popular. Fora prevista a impossibilidade de haver a reeleição nos pleitos seguintes. Três meses após o pleito presidencial ocorreu o processo para a seleção das legislaturas estaduais, trazendo de volta ao cenário político regional nomes marcantes da “República Velha”, tais como: Armando de Salles Oliveira, Flores da Cunha e Benedito Valladares em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, respectivamente.

³⁶ Comentando sobre a ideia de preponderância técnica, GUTIERREZ, L. G. *Tecnoburocracia e classe social: algumas questões conceituais e mobilidade interna*. São Paulo: EAESP / FGV, RAE- Revista de Administração de Empresas, vol.32, n.1, 1992, disponível em: <https://portal.fgv.br/pesquisas-teses-publicacoes>, “Por esta pequena amostra, o que se pode concluir é que os tecnoburocratas se percebem como um elemento fundamental na sociedade moderna, portadores únicos de soluções eficientes”.

No mesmo mês da eleição do “novo” chefe do executivo, fora nomeado Agamenon Magalhães para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, além de sancionada uma nova lei de sindicalização. O novo ministro acreditava que a nova lei era ineficiente para o estágio político nacional e que o previsto em Constituição para o sindicalismo era um deslize. Não sendo o único, em seu discurso de posse, o presidente eleito, manifestou desagrado também. Alterações como a pluralidade e a autonomia de sindicatos sofreram forte influência da Igreja, junto com o empresariado. Para os membros do Estado e para os movimentos independentes a perda da unidade sindical, foi considerado um golpe, pois ambos visavam manter a estrutura sob sua orientação, conclusão feita da análise de GOMES (2005).

Utilizando da leitura de CARVALHO (2008), em véspera de se outorgar a Constituição de 1934, foi estabelecido através de decreto que sindicato era definido como órgão de colaboração com o Estado, exigindo filiação ao Ministério do Trabalho para ser reconhecido enquanto oficial. Mantendo o poder de interferência estatal nas organizações, em contrapartida, oferecia garantias aos sindicalizados nas disputas com o empresariado.

Com base em SKIDMORE (2010) o texto final da constituição de 1934 procurou atender aos anseios políticos tanto dos liberais quanto dos reformistas socioeconômicos. Mas o fato do texto, teoricamente, agradar tanto aos constitucionalistas liberais quanto aos tenentes – mantido o interesse na agenda revolucionária - não significa que os dois grupos possuam o mesmo prestígio e envolvimento na agenda do executivo. Não havia uma liderança entre os constitucionalistas liberais, fruto ainda da derrota dos paulistas em 1932. Já os tenentes ganharam apoio popular o que já era um traço da campanha que percorreu o país afora.

Segundo SKIDMORE (2010, 52) “a Constituição de 1934 foi um produto híbrido. Como documento jurídico, deu realidade, em grau notável, aos ideais tanto do liberalismo político como do reformismo socioeconômico”.

Esses dois grandes grupos de debate político, um que abrigava os liberais e o outro os tenentes, estavam abrindo espaço para uma nova forma de se fazer política. À esquerda, uma parcela do Partido Comunista do Brasil, conhecidos como “legalistas”, fundaram a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Reunindo parte da classe média que tentava aliar uma dose de liberalismo com progressismo, criando uma coligação entre essa classe e os militares em torno de propostas mais ousadas para o progresso da nação. À direita, o radicalismo também se organizava através do movimento fascista denominado de integralismo que surgira ainda em 1932. O fato mais importante nesse debate é o de que esses dois grandes movimentos são as primeiras expressões ideológicas no cenário político nacional. As manifestações que acarretaram a “revolução de 1930”,

caracterizavam-se por seu fortalecimento regional, já os grupamentos atuais eram nacionalizados, ambiciosos, mais radicais e disciplinados.

Esse debate é corroborado por CARVALHO (2008, 97-98) quando ele diz que:

Entre 1930 e 1937, o Brasil viveu uma fase de grande agitação política. Anteriormente, só a Regência, um século antes, e os anos iniciais da República tinham vivido situação parecida. Mas o período de 30 superou os anteriores pela amplitude e pelo grau de organização dos movimentos políticos. Quanto à amplitude, a mobilização atingiu vários estados da federação, além da capital da República; envolveu vários grupos sociais: operários, classe média, militares, oligarquias, industriais. Quanto à organização, multiplicaram-se os sindicatos e outras associações de classe; surgiram vários partidos políticos; e pela primeira vez foram criados movimentos políticos de massa de âmbito nacional.

Ainda observando SKIDMORE (2010) Getúlio fomentou rivalidade entre os adversários políticos, fazendo-os se confrontarem, e despertando tanto nos militares quanto na classe média um sentimento de inviabilidade do progresso frente a um estado politicamente aberto. Em paralelo, essa liberdade política estava sendo cada vez mais questionada nos países ocidentais.

Argumentos reiterados por CARVALHO (2008, 102):

A constituinte confirmou Getúlio Vargas na presidência e elaborou uma constituição, inspirada na de Weimar, em que pela primeira vez constava um capítulo sobre a ordem econômica e social. Fora esse capítulo, era uma constituição ortodoxamente liberal, logo tacada pelo governo como destoante das correntes políticas dominantes no Brasil e no mundo. Segundo essa crítica, o liberalismo estava em crise, em vias de desaparecer. Os novos tempos pediam governos fortes como os da Itália, da Alemanha, da União Soviética, ou mesmo do New Deal norte-americano. Os reformistas autoritários viam no liberalismo uma simples estratégia para evitar as mudanças e preservar o domínio oligárquico.

Ainda antes da total organização da ANL em 1935, o Congresso, tendendo ao conservadorismo, incitou o debate sobre a ameaça dos possíveis insurgentes. Ao fim do mês de março daquele ano, conseguiu-se aprovar uma Lei de Segurança Nacional que dava ao executivo nacional poderes especiais para repressão de revoltas políticas. Já era parte dos planos de Vargas desvalorizar a incipiente aliança, sob a alegação de que era liderada por comunistas, argumento introduzido que apoiado em SKIDMORE (2010) e FAUSTO (1995).

Tese essa defendida também em GOMES (2005) que suporta a próxima afirmativa: antes de abril de 1935, quando promulgaram a Lei de Segurança Nacional, as intervenções nos sindicatos eram constantes, motivando greves. Lembrando que interferência nesse período significava quase sempre violência policial e depredação de patrimônio sindical, com prisões e agressões a representantes deles. Esse uso da força era ilegal e quem conseguia sobreviver a isso fazia denúncias à Câmara.

Se pretextos já não existissem, por ocasião do aniversário da primeira insurreição dos tenentes do Forte de Copacabana, Luiz Carlos Prestes, um dos líderes da nova Frente Popular, em um discurso contrário ao governo federal, deu os motivos que Vargas precisava para ordenar que

a polícia invadissem a sede do Movimento, apreendendo muitos documentos que futuramente serviriam como comprovação do envolvimento da ANL com comunistas internacionais. Após isso, interromperam as atividades por seis meses por ordens federais, e seus líderes foram presos.

Sobre as inquietações em debate, temos a argumentação complementada segundo análise de GOMES (2005) em que era um período de bastante agitação política, onde o partido comunista tentava ressurgir, com o papel de organizar os esquerdistas remanescentes no movimento dos trabalhadores, em torno de um novo movimento político. Nesse ano transpareceu o posicionamento do movimento sindical que se dividia em duas correntes: a) os que apoiavam as decisões estatais e b) os que mesmo sendo oficiais ainda eram compostos por membros da esquerda nacional. Essa excitação civil fez com que a repressão estatal ficasse mais agressiva, a ANL mobilizando parte da população em debates de esquerda, ainda que não predominassem os trabalhadores, despertava o ideário de ‘ameaça vermelha’. Os embates, por vezes físicos, com os Integralistas deixavam claro o quão aquecida estava a população em torno desse tema.

Na observância desses fatos, o Congresso temia a ameaça comunista e se mostrava disposto a dar ao presidente os plenos poderes que ele tanto almejava. No mês de novembro desse ano, houve uma tentativa de insubordinação de militares no Recife e em Natal, mas por falta de comunicação e nacionalização da revolta, ela foi rapidamente suprimida por forças nacionais no Distrito Federal. Mas acabou servindo para que Getúlio justificasse suas atitudes vindouras à ocorrência de uma rebelião armada dentro do Estado. Ao fim desse mesmo mês, o presidente solicita ao Congresso o estado de sítio, que foi aprovado, e no mês seguinte ocorreu a aprovação de um enrijecimento da Lei de Segurança Nacional, tendo sido votado, também favoravelmente, a três emendas constitucionais, a saber: 1) A que dava ao executivo o poder de demitir qualquer funcionário do Estado; 2) a que dava ao Chefe do Executivo mais poderes sobre os militares, permitindo-o promover qualquer oficial e definir o seu destino; 3) a que lhe deu poderes temporários emergenciais ainda maiores, conforme se fundamenta em SKIDMORE (2010).

A partir de GOMES (2005) vemos que a Lei de Segurança Nacional e a derrocada da ANL, extinta no mês de julho, aliada à tentativa de insurreição fracassada supracitada, apelidada de “Intentona Comunista”, deixaram visível que qualquer tipo de liga antigovernamental seria aniquilada. Como consequência, o triênio 1935-37, foi marcado pela falta de informações sobre a repressão porque vivenciou-se sob estado de sítio, onde fora criado o Tribunal de Segurança Nacional. Sabe-se apenas que as intervenções em sindicatos e a caça de líderes de oposição era uma realidade. Completando esse raciocínio baseado em SKIDMORE (2010), nos meses seguintes à tentativa de rebelião, milhares de civis e militares acusados políticos foram presos. No Distrito

Federal, o prefeito Pedro Ernesto foi cassado dando claros sinais de que novos tempos se aproximavam. O ano de 1936 ficou marcado por quatro aprovações de prorrogação de 90 dias do estado de sítio. No nono mês do ano, o Congresso aprova o Tribunal de Segurança Nacional, uma nova ferramenta de repressão para a Presidência da República.

Seguindo com o viés analítico do autor norte-americano, o presidente já havia percebido que a posição do Exército seria fundamental para um possível novo levante, tendo em vista que o quadro político nacional seguia indeciso sobre as ações de apoio a ele. Sendo assim, no último mês de 1936, nomeou-se Dutra Ministro da Guerra - reconhecido por seu apoio a um possível golpe.

Concluindo com o assunto repressão, a partir da ótica de FAUSTO (1995), “durante o ano de 1936 o Congresso aprovou todas as medidas excepcionais solicitadas pelo Poder Executivo. (...) O estado de guerra, a que foi equiparado o estado de sítio, seria sucessivamente prorrogado, até junho de 1937.” Além disso, criou-se a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, em janeiro de 1936 e o Tribunal de Segurança Nacional, em outubro de 1936.

Introduzindo a pauta socioeconômica, nos fundamentamos em CARVALHO (2008) para ver que um dos grandes avanços sociais do período pós-Constituição de 1934 se deu na área da previdência, onde o antigo modelo das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) daria lugar para os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs). A nova nomenclatura trouxe uma revisão no padrão de gestão, deixando esses fundos de ser propriedades das empresas, tornando-se um órgão de categorias profissionais cogerido por governo, empregados e empregadores. Essas mudanças possibilitaram que quase todos os profissionais urbanos fossem atendidos pelos institutos, a exceção dos trabalhadores domésticos e autônomos.

FURTADO (2005) destaca a importância da poupança nacional em 1935 ter superado os valores de 1929, a preços fixos, tendo ainda ocorrido uma redução à metade da importação de bens de capital. Explicando que a economia brasileira encontrara no mercado interno as alternativas necessárias para sair do quadro depressivo mundial. Apoiado nas estatísticas abaixo: crescimento da produção industrial em 50% no período de 1929-37, e de 40% a produção primária para o mercado interno. Concluindo, apesar da crise, a renda nacional subira 20% no período.

Citando EARP E KORNIS (2004, 33):

O crescimento da economia brasileira levou ao aumento da procura por manufaturados nacionais, gerando um processo de substituição de importações. Houve um aumento expressivo da produção quando o produto industrial cresceu de 11 a 17% anualmente entre 1933 e 1937, mas este foi um efeito colateral da política econômica, não seu objetivo principal. (...) A consciência da fraqueza da economia brasileira diante da redução do comércio internacional trouxe a preocupação com o aumento expressivo da oferta interna de manufaturados.

Analisando PRADO JUNIOR (1990) reiteramos o argumento exposto no Capítulo Primeiro, sobre a expansão da indústria a partir da Guerra Mundial da década de 1910, com a insurgência da metalurgia nacional que faceava como problema o domínio internacional sobre o ferro brasileiro. Ele ainda diz que as principais atividades fabris em desenvolvimento no período foram: química e farmacêutica, alimentação, equipamentos elétricos e veículos a motor. Essa foi a indústria base que ajudou a fomentar a substituição das importações, tão importantes para a rápida saída brasileira da depressão internacional, através da nacionalização da economia do país.

De acordo com DRAIBE (2004), O Conselho Federal do Comércio Exterior³⁷ (CFCE), criado em 1934, antes do início do novo mandato, tinha como objetivo central sistematizar ações para o crescimento econômico, com destaque para as exportações. Com a redefinição das atribuições do Ministério da Fazenda, nesse ano, as iniciativas previamente atribuídas a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios³⁸ foram legitimadas. Agora, aos cuidados do Departamento de Estatística Econômica e Financeira, tendo como desfecho, a constituição do Conselho Técnico de Economia e Finanças³⁹ (CTEF) em 1937, subordinado à Fazenda, estando apto a realizar projetos sobre o funcionamento do sistema bancário, o sistema monetário, a remessa de divisas ao exterior, a dívida pública e a política cambial.

Ainda sobre a leitura de DRAIBE (2004), “o Código de Minas de 1934”⁴⁰, esclareceu a diferença entre ser dono do patrimônio contido no subsolo e da propriedade no nível do terreno.

³⁷ Recorte de texto, abaixo, extraído do site: <http://fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-federal-de-comercio-exterior-cfce>, visitado em 01/04/2020.

“A criação do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) pelo Decreto nº 24.429, de 20 de junho de 1934, (...) Tais reformas teriam por objetivo a centralização político-administrativa do país e o fortalecimento do poder de intervenção do Estado através da criação e do aperfeiçoamento dos instrumentos necessários para expandir sua capacidade de controle e supervisão das diferentes esferas da vida social, aí se incluindo as atividades econômicas. (...) Em sua primeira fase, que se estendeu do ano de 1934 ao de 1937, (...)”

³⁸ Criado a partir do DECRETO Nº 20.631, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1931, disponível para consulta no site: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20631-9-novembro-1931-509261-publicacaooriginal-1-pe.html>, de onde retirou-se o recorte do primeiro artigo:

“Art. 1º E' instituída a "Comissão de Estudos Financeiros e Economicos dos Estados e Municípios", a qual, funcionando sob a direção do ministro da Fazenda, (...) medidas necessarias á reorganização economica e administrativa do país.”

³⁹ Explicação retirada do site: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/ConselhoFinancas>, acessado em 01/04/2020: “O CTEF teve sua origem na Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, de 1931, criada com o objetivo de levantar e reunir informações sobre a situação econômica e financeira das diferentes unidades da federação.”

⁴⁰ Explicação retirada do site: <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/codigo-de-minas>, acessado em 01/04/2020: “A Revolução de 1930 (...) cuidou desde logo da elaboração de dois grandes códigos, o de Águas e o de Minas, (...) A elaboração do Código de Minas processou-se no Ministério da Agricultura (...) promulgado em 10 de julho de 1934, somente foi publicado no Diário Oficial no dia 20 de julho, após portanto a promulgação da nova Constituição, em 17 de julho. (...)”

Sendo o primeiro citado de posse da Federação, com sua extração só possibilitada mediante consentimento dado unicamente a cidadãos ou companhias brasileiros. Ambicionava também atingir o total abasileiramento dos recursos minerais, matéria essa celebrada no texto de 1934.

Corroborando o raciocínio da autora temos DRAIBE (2004, 84):

Isso não definia apenas um quadro legal de legitimação do intervencionismo estatal; abria espaço para que ele avançasse para formas ainda mais profundas: a propriedade da União sobre recursos estratégicos passíveis de exploração industrial foi o ponto de partida para a presença do Estado-empresário nessas áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico.

Um ponto importante com relação aos direitos trabalhistas foi, em janeiro de 1936, a publicação da lei nº 185⁴¹, retomando o debate sobre o salário mínimo no país, previsto na Carta de 1934. Sobre o assunto DRAIBE (2004, 86) diz que:

A fixação do salário mínimo, em meio ao conjunto da legislação sindical e trabalhista - nos aspectos mais estruturais que estamos analisando e que não colidem com as determinações políticas de sua gênese e consolidação - implicou o aprofundamento da estatização da luta econômica de classe, no sentido de que a regulação da contradição capital-trabalho deveria ser feita no Estado e se corporificar em instrumentos legal-institucionais.

A realização dos itens da Pauta Revolucionária estará sujeita à disponibilidade financeira, que apesar de uma recuperação mais rápida que a esperada ainda se encontrava em rearranjo, e com previsões orçamentárias limitadas pela preocupação com uma nova retração econômica. Nessa linha, a questão da saúde pública, afetada por problemas sanitários como a febre amarela, a malária, a hanseníase a tuberculose etc., parecia ser tratada, com a proposta de reestruturação da Pasta, como continuidade ao movimento sanitarista da Primeira República, embora se tenha visto uma tímida abordagem com um viés meramente de atos administrativos formais, podendo ser afirmado por HOCHMAN (2005, 130) que “o MESP chegou ao final do Governo Provisório sem objetivos definidos para sua estrutura administrativa e sem linhas claras de ação”, percurso de incertezas políticas e penúria orçamentária e suspensão de atividades até a assunção de Gustavo Capanema⁴², em julho de 1934, quando se propôs a reforma do Ministério em 1935 - implementada a partir de janeiro de 1937 - dando novos rumos à questão.

As normas do Código de Minas guardavam inteira consonância com os princípios estabelecidos na Constituição de 1934 (...) essenciais à defesa econômica ou militar do país, o que não implicava transferir esses bens para o Estado brasileiro, e sim para nacionais brasileiros.”

Complementado, segue decreto disponível no site: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24642-10-julho-1934-526357-publicacaooriginal-79587-pe.html>, acessado no mesmo dia.

⁴¹ Consta no site: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-185-14-janeiro-1936-398024-publicacaooriginal-1-pl.html>, acessado em 01/04/2020.

⁴² Conclusão retirada de: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/gustavo_capanema, acessado em 02/04/2020.

A questão da Educação - também como atribuição ao Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde - teve como implantada em 1931 a Reforma Francisco Campos que organizou de forma efetiva o ensino secundário e superior no Brasil. Além de um ambiente de confrontação entre “Escola ‘Nova’ e ‘Velha’”, os primeiros com novos valores na renovação da escola agora com foco no aluno, fruto das mudanças inerentes ao processo de desenvolvimento do capitalismo, já os segundos, alinhados com a Igreja, defendiam o ensino livre da intervenção do Estado. Com perfil conhecido pela forte centralização nas ações no campo da Educação e Saúde, o Ministro - de manutenção perene no cargo até o ano de 1945 - apresentou mais resultados na Pasta Educação, destacando-se o fato de que se posiciona a favor do grupo conhecido por “Renovador”, frente aos católicos, no projeto educacional instituído no período.

A concretização do item da Pauta Revolucionária alusivo à profissionalização da Administração Pública – e por consequência de capacitação do Servidor Público, somente se verá de forma mais destacada com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, pelo Decreto-Lei nº 579, de 30/7/1938, já sob o abrigo de outra Constituição, embora já se houvesse dado início à Reforma Burocrática em 1936, quando ainda se criam as Comissões de Eficiência dos Ministérios, onde se prevê a atribuição das atividades orçamentárias – em substituição ao Ministério da Fazenda - com destaque à sua subordinação direta ao Presidente.

MONTEIRO (2011, 01) nos esclarece, acerca do papel ideológico da modernização burocrática no caso brasileiro que:

surge nos anos 30, no contexto da aceleração da indústria nacional e com fortes influências da reforma norte-americana, constituindo um processo de racionalização da administração pública com referências à teoria da administração científica de Frederick W. Taylor e do modelo racional legal de Max Weber, na tentativa de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista. Preconizava, portanto, valores de eficiência, economia, racionalidade e neutralidade.

Sobre a Justiça Federal e das incipientes repercussões acerca da tentativa de sua estruturação, em meio ao debate sobre o seu necessário aperfeiçoamento a partir da Constituição de 1934 – revogadas pela seguinte, se dirá que “deve-se reconhecer que a atuação da Justiça Federal assegurava a prevalência de práticas típicas de um governo ideologicamente liberal e, justamente por isto, veio a ser mantida pela Constituição de 1934”, SCHWAITZER (2012, 97), sendo identificado que tinha o objetivo de decidir ações de interesses da União, de forma específica, efetuar o controle de constitucionalidade de atos e leis. A “regeneração” proposta na jornada revolucionária, em seu ímpeto original, dava sinais de arrefecimento com a sua extinção.

Acerca de um pleito igualmente original, a reestruturação das Forças Armadas, para além das providências de reposicionamento na carreira e ações periféricas com a notória afetação das

condições financeiras, veremos que a ‘janela de oportunidades’ de Vargas se mostraria no debate acerca das opções ideológicas postas no cenário internacional, ao que se agregou o esforço de potencialização da siderurgia, igualmente item da Pauta, temos que, segundo LOURENÇATO (2019, 06 *apud* CORSI (2012)), “A instauração de uma indústria siderúrgica moderna e de grande porte foi considerada como decisiva para o desenvolvimento e a segurança nacional.” As metas da promoção da industrialização brasileira eram o desenvolvimento da indústria de base, da infraestrutura e a modernização das Forças Armadas, como destacado num trecho do relatório do Ministério da Fazenda de janeiro de 1939, de acordo com BASTOS (2007, 17 *apud* CORSI (2000, 72)): “A ideia central do governo consiste em promover a criação das chamadas indústrias de base, a execução de obras públicas produtivas e o aparelhamento da defesa nacional de maneira a não afetar o resultado expresso no saldo positivo do orçamento do corrente exercício”.

Próximo de concluir, acrescentaremos breve fala sobre Transportes. Tema surge para o período a partir da Constituição, apesar de constar tanto no Manifesto quanto no Discurso de posse, é criado o Plano Geral Nacional de Viação em 1934, não tendo a pauta grande destaque durante a gestão⁴³.

Aqui o adendo devido, tal como a aparição da questão da Seca no Nordeste no programa da AL, derradeiro e como apêndice, em meio ao cenário de rupturas. Ela, enquanto fenômeno climático impiedoso, propalou-se no curso da gestão revolucionária. A questão não era tão somente construir açudes ou minimizar ao sofrimento, era o de reinventar a relação entre o Poder Central e a realidade local, distante do eixo tradicional de influência e com uma estrutura oligárquica subsistentes, mesmo e a despeito dos Interventores, o que se viu com a “continuidade política com relação ao paternalismo oligárquico e suas formas mais elementares – a troca de favores, o beneficiamento pessoal”, NEVES (2001)⁴⁴. Ou seja, de um lado a bravata, de outro a seca.

III.3 – Preparativos para a eleição de 1938 e o golpe

Esse novo subcapítulo tratará da movimentação do ano de 1937, inicialmente em direção a eleição popular em janeiro do ano seguinte, mas que durante seu trajeto culminou com um golpe de estado, iniciando um período ditatorial que ficou conhecido por Estado Novo.

Apoiado pela compreensão do trabalho de SKIDMORE (2010) e como já mencionado, ressaltamos que Vargas não tinha autorização para ser candidato na eleição que se aproximava. No

⁴³ A partir de: <http://canaldoservidor.infraestrutura.gov.br/conteudo/136-transportes-no-brasil-sintese-historica.html>, acessado em: 20/04/2020.

⁴⁴ Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100006, acessado em 20/04/2020.

meio do ano de 1937 dois candidatos já haviam se manifestado. Um, o governador de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, político com raízes no constitucionalismo liberal, acreditando que o Brasil era capaz de avançar por vias democráticas, defendendo-se da ameaça comunista. O outro, José Américo de Almeida, antigo tenente, escritor e político na Paraíba. Havia sido líder no movimento que desaguou na revolução de 1930, bastante presente no governo federal no período entre a revolução e a revolta armada paulista. Era considerado o candidato governista mesmo não tendo o apoio de Vargas formalizado. Seu mote eleitoral era que só através do voto as populações das classes mais baixas conquistariam seus direitos sociais e econômicos. De fato, o presidente não declarara apoio a nenhum candidato, tendo os integralistas aguardado até junho por esse posicionamento, quando indicaram a Plínio Salgado seu candidato.

De FAUSTO (1995, 363) retiramos “Um observador próximo ao governo chegou a dizer que a questão social estava no centro da campanha presidencial, com o risco de o Brasil converter-se em uma Espanha. Ele se referia à Guerra Civil Espanhola entre fascistas e republicanos, em curso naqueles anos.” Tendo ainda no período o Governo Federal interferido nas gestões estaduais e distrital, além de afastar oficiais de posições de comando, todos por possíveis proximidades com a ANL e seus ideais.

Retomando análise de SKIDMORE (2010) a estratégia adotada por Getúlio Vargas no primeiro semestre de 1937 foi a de cooperar com o processo eleitoral previsto para o ano seguinte, trabalhando em acordos com as lideranças estaduais, mas também buscava afastar os rebeldes. Nesse momento o Congresso passa a desconfiar das ações do presidente e pela primeira vez, em mais de doze meses, nega o pedido de prorrogação do estado de sítio, o que leva ao governo, a partir dessa decisão, a optar por dar liberdade aos “subversivos”, colocando os congressistas em uma situação de embaraço. O cenário social para a realização de eleições diretas era cada vez mais nebuloso, com conflitos urbanos acontecendo frequentemente entre alas de direita – estes que empolgados com a aproximação de Vargas com lideranças integralistas - e de esquerda.

Ainda em SKIDMORE (2010) no mês de julho de 1937, o general Góes Monteiro é nomeado chefe do Estado-Maior do Exército, e o lema da força passa a ser: “Exército forte dentro de um Estado forte”, tendo nessa afirmação o ideal de monopólio do poderio militar nacional, convergindo com os planos pessoais de Vargas. Nesse momento faltava apenas um episódio chave para a primeira ação em direção ao Golpe. O presidente buscava articulação para o Golpe, mas o Exército, mais impaciente, buscou uma solução já vista anteriormente. Foi forjado um documento, fruto de uma parceria entre militares e integralistas, conhecido por “Plano Cohen”, que versava sobre um possível golpe comunista. Fora denunciado por Dutra, em trinta de setembro, tendo assim

o Congresso mudado de opinião e concedido a medida de suspensão dos direitos constitucionais negados a Vargas quando do seu pleito em junho. A decisão não foi unânime por todo o território nacional, sendo que dentre os estados mais participativos no plano político, Minas Gerais foi o único a apoiar, enquanto São Paulo e o Rio Grande do Sul se opuseram à decisão.

Conforme se vê em GOMES (2005) as atitudes e avanços oriundos do trabalho de Magalhães e equipe ministerial estavam intimamente ligados ao projeto governamental de segurança nacional. O desenho do golpe ocorreu de maneira lenta e gradual, exigindo destreza para convencimentos de indecisos e silenciamento de opositores. Tendo os comunistas sido usados como principal alvo nas argumentações de quem defendia o fechamento político, e em decorrência disso qualquer tentativa de articulação sindical que desagradasse o poder central também foi minado. Essa questão culminou com a apresentação do “Plano Cohen”, que tratava de uma ameaça comunista a ordem do país, pelas Forças Armadas que não precisara de muita comprovação por terem o *status* de incorruptíveis, apesar das solicitações de diversos membros do legislativo por evidências.

No mês de novembro, o temor de que as eleições marcadas, para o janeiro próximo, fossem canceladas entre os defensores do pleito crescia, sendo certo que os membros do governo escolheram a data do aniversário da Proclamação da República para a confirmação do golpe. Ficou tão claro que Vargas se movimentaria na direção de outro governo que Salles Oliveira faz um apelo aos militares, tentando abalar a imagem da cúpula que circundava a presidência, acusando-os de conspirar contra as instituições nacionais. Getúlio, em seu programa de rádio do dia dez de novembro, expõe ao povo a necessidade de renunciar a “democracia dos partidos” que segundo ele, ameaçava a unidade do país. Tratando ainda o Congresso como um “aparelho inadequado e caro” e desaconselhando sua manutenção. Afirmando que a única saída para o país era um regime forte, pacífico, com foco na justiça e no trabalho, buscando a adequação da máquina pública às necessidades da economia brasileira. No mesmo pronunciamento é anunciada a suspensão dos pagamentos da dívida externa. E menos de um mês depois, foi anunciada a abolição de todos os partidos políticos, tendo início a nova consolidação do poder federal.

De acordo com CARVALHO (2008, 105-106):

O golpe veio em 1937. O primeiro movimento foi a deposição do governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, (...) A seguir, o governo iniciou campanha contra um dos candidatos à sucessão presidencial, José Américo de Almeida, acusando-o de ter posições e apoio comunista. Finalmente, um documento forjado por oficiais integralistas foi usado como pretexto final para fechar o Congresso e decretar nova Constituição. O documento, batizado de plano Cohen, descrevia um pretense plano comunista para derrubar o governo. Para causar mais impacto, o plano previa o assassinato de vários políticos.

Como consequência da leitura de CARVALHO (2008) acrescentamos que diversos foram os motivos para a guinada política, entre eles: 1) O apoio dos integralistas era oriundo da crença que com o golpe eles teriam acesso ao poder. 2) A defesa da nação frente a ‘ameaça vermelha’ que se avizinhava, com certo excesso em torno desse risco, mas escolheram esse rumo por saber que um povo extremamente religioso temia estar sob o regime da foice e do martelo. 3) O modelo progressista e nacionalista assumido pelo governo federal. Apesar dos cortes nos direitos cívicos, com a abolição do Congresso, o presidente bradava sobre defesa nacional, conquistas econômicas, desenvolvimento industrial, investimentos nas forças militares e expansão da malha ferroviária. Tendo esse discurso cativado inclusive alguns líderes da esquerda nacional naquele momento, em que o sentimento de um novo conflito de ordem global já era presente e palpável.

Acrescenta-se citação a FAUSTO (1995, 364):

No dia 10 de novembro de 1937, tropas da polícia militar cercaram o Congresso e impediram a entrada dos congressistas. O ministro da Guerra – general Dutra – se opusera a que a operação fosse realizada por forças do Exército. À noite, Getúlio anunciou uma nova fase política e a entrada em vigor de uma Carta constitucional, elaborada por Francisco Campos. Era o início do Estado Novo.

Por fim cito SKIDMORE (2010, 63):

O golpe de 1937 por fim estabeleceria a direção do caminho histórico que o Brasil trilharia num ponto crítico. Os objetivos do bem-estar social e nacionalismo econômico, muito debatidos no começo da década, agora seriam buscados sob tutela autoritária. O resultado foi um aprofundamento da dicotomia entre um estreito constitucionalismo, que negligenciara questões sociais e econômicas, e um nacionalismo voltado para o bem-estar social, que se tornara inequivocamente antidemocrático

Conclui-se com breve perspectiva sobre o curto período estudado nesse capítulo, que apresentou esperanças democráticas, mas termina na fase mais autoritária da gestão Vargas, conforme visto acima conhecido por Estado Novo. Fora marcado pela introdução normativa que ampliava os direitos da cidadania, além de outorgar direitos sociais concedidos durante o Governo Provisório, em alinhamento com a pauta apresentada em seu discurso de posse, visto no capítulo anterior. Além de destacar seu redirecionamento ao longo do tempo para o novo nacional-desenvolvimentismo, envelopado em ditadura, seguindo os moldes das nações europeias a época.

CONCLUSÃO

O objeto de estudo desse trabalho era compreender os fatos que levaram a “Revolução de 1930” e apresentar suas consequências e desdobramentos, sob a ótica política, econômica e social. Teve como foco o entendimento dos estágios políticos pós-Revolução, elencando: Governo Provisório e Constitucional apresentando discussões da pauta eleitoral e relacionando-as com o discurso de posse, ações entre 1930-34, texto constitucional de 1934 e ações entre 1934-37. Além da compreensão do nacionalismo autoritário e do modelo pendular da política nacional.

A primeira conclusão que tiramos desse estudo responde a terceira proposição feita acima, e inclusive utilizada para nomear este projeto, que a política no Brasil e no recorte estudado é pendular⁴⁵. Explicando melhor: O pêndulo democrático inicia na “República Velha”, oscila em forma de golpe com esperança de inclusão popular, ou seja, de expansão democrática via direitos políticos, avança com o governo Constitucional, e parecendo ter alcançado sua amplitude máxima - tendo essa pico respondido pelo apelido de debate político-partidário, segundo fala da presidência da República- e retorna em um período inicial de estado de sítio, alcançando um novo pico de amplitude, culminando no Estado Novo. Não obstante observar que dentro do período intitulado de “República Velha” o pêndulo tenha oscilado também.

A partir desse movimento oscilatório, observamos que o poder de participação popular ou trabalhista no período utilizado para a reflexão, considerado um movimento em direção a democratização, era na realidade pequeno, dentro da estrutura sindical, construída pelo governo, o que nos permite deduzir que os avanços cívicos eram extremamente vulneráveis. Sendo assim, ao observar que a maioria das vitórias sociais, advieram de concessões e não de feitos populares, retira delas o viés de conquistas democráticas. O que impossibilitou a construção de uma cidadania ativa no trabalhador brasileiro.

Buscando a explanação da segunda hipótese assumida no início do trabalho, constatamos sim um desenvolvimento do nacionalismo (territorial, político e emocional) baseado no autoritarismo, observado desde a gênese do governo revolucionário, acentuando-se ao longo do governo constitucional, culminando com o Estado Novo. Essa característica se expressa através da importância estratégica assumida pelo Governo Federal após a centralização do poder.

⁴⁵ Conceito conhecido a partir da leitura de Pinheiro Pedro no artigo: A VOLTA DO PÊNDULO: HORA DO RETORNO AO AUTORITARISMO NO BRASIL?, publicado por: Ambiente Legal Justiça e Política, encontrado em <http://www.ambientelegal.com.br/a-volta-do-pendulo-hora-do-retorno-ao-autoritarismo-no-brasil/>

Trazendo o debate para a seara revolucionária, observamos que desde o início, a coesão não era a maior virtude do movimento, abrigando liberais, ávidos pela democracia e por um Estado menor e militares, autoritaristas, defensores de um Estado forte e presente. A partir dessa ambiguidade, coube a Getúlio Vargas utilizar de habilidade e articulação, para equilibrar essa balança política. Em seu governo provisório busca incorporar nas atividades executivas todo o esforço revolucionário, mas desde o início observa-se que os aliados oriundos das classes militares eram privilegiados em detrimento aos liberais. Tendo isso sido embrião para o movimento contrarrevolucionário paulista de 1932. E após ter sido eleito indiretamente e a promulgação do texto constitucional, parecia que as forças políticas haviam se acomodado na disputa interna. Mas no ano seguinte se inicia uma guinada autoritária e personalista que volta a degradar parte da sua base de apoio, culminando em um golpe de estado, após anos de estado de sítio.

Complementando, é minimamente razoável admitir que uma revolução somente se justifique como um evento que enfrente ou suplante a circunstâncias conjunturais e estruturais pujantes, e que por conta disso, apresente novidades funcionais e ideológicas, olhar comprometido com o futuro que implique em modernidade e alteração nos mecanismos consensuais e mesmo ajustados pela conveniência e que esteja apto para disciplinar e conter as ameaças do retrocesso. É nesse termo que se pode ver a Revolução de 1930 em face da “República Velha”.

Em resposta a primeira problemática introduzida no trabalho, acrescento que não era possível que Getúlio Vargas alcançasse todas as pautas do movimento revolucionário, em um período histórico tão curto e conturbado. Afirmando isso a partir da ambiguidade – essa explicação foi apresentada acima e ao longo do trabalho - de pauta e dos componentes do grupo vitorioso da “Revolução”. Mas concluo que suas ações, direta ou indiretamente, eram bastante aderentes aos conteúdos programáticos e a seu discurso de posse. Tudo isso refletiu o conteúdo de seus decretos e, por influência, na Constituição de 34.

Por mais transitórias que tenham sido algumas delas, todas as esferas, política, econômica e social, foram contempladas ao longo da gestão debatida, ancoradas sempre pela terceira citada. Terminei dizendo que esse pilar escolhido foi o que permitiu a rápida recuperação econômica do país e que o Governo se mantivesse no poder por tanto tempo, uma vez que, a normatização do trabalho possibilitou o surgimento de um mercado interno forte e ávido por produtos e serviços. Da mesma forma que acomodou as demandas, conhecidas desde as décadas passadas, mantendo a massa trabalhadora ao lado das decisões do Executivo.

Sobre a duração dos estágios governamentais vistos no período estudado, a longevidade do Governo Provisório, o encurtamento do ciclo Constitucional e a implementação do Estado Novo -

períodos esses que para grande parte da literatura estudada é tratado como apenas um: “A ditadura Vargas” - pode se explicar, em um primeiro momento por um enquadramento da sociedade no aparelho estatal, explicado acima, através de concessões de direitos socio-trabalhistas, desencorajando a mobilização popular em torno de qualquer pauta, ou, da repressão a opositores do modelo implementado, padrão acentuado após a promulgação do texto de 1934.

Findarei a análise com o destaque para a capacidade política com que o então presidente manipulou as correntes contraditórias – tanto durante o Governo Provisório, conseguindo prolonga-lo, quanto após eleito pela Constituinte ao conseguir aprovações de estado de sítio e o convencimento de grande parte do sistema político nacional de que um novo período de supressão das instituições da democracia representativa era a única saída, naquela ocasião, para a manutenção dos direitos adquiridos e dos avanços econômicos até então insipientes, porém promissores - por um longo período da história brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A. A. *ALIANÇA LIBERAL*: Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALIAN%C3%87A%20LIBERAL.pdf>, acesso em: 01/04/2020.
- ARAÚJO, G.F; BOUCAULT, C. E. A. *Direitos sociais e autoritarismo nos anos Vargas*, 2017 Disponível em: <http://www.hu.usp.br/wp-content/uploads/sites/180/2017/01/gabriel-frias.pdf>, Acesso em: 10/04/2020.
- AVRITZER, L. *O pêndulo da democracia no brasil: Uma análise da crise 2013-2018*, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002018000200273, Acesso em 02/04/2020.
- BASTOS, P. P. Z. *A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base: Texto para discussão*, 135, Campinas: IE/UNICAMP, out-2007.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. *Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia*. Textos para discussão, 191, São Paulo: FGV, jun-2009.
- BONAVIDES, P.; AMARAL, R. *Textos políticos da história do Brasil*: 3ª ed.: Brasília: Senado Federal, 2002.
- BONAVIDES, P.; ANDRADE, P. *História Constitucional do Brasil*: Brasília: OAB, 2008.
- BONAVIDES, P. *Getúlio Vargas e o Estado social das ditaduras*: RDE: Revista de Direito do Estado, Rio de Janeiro, ano 1, nº2, págs. 71 – 82, abril / junho 2006.
- BRASIL, *CONSTITUIÇÃO DE 1934*: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm, acesso em: 31/03/2020.
- BRASIL, *DISCURSO PRONUNCIADO PELO D R. GETULIO VARGA S OCASIÃO DE SUA POSSE COMO CHEFE DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REPUBLICA*: Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1930/03.pdf/view>, acesso em: 01/04/2020.
- CAMARGO, Aspásia. “*A Federação Acorrentada – Nacionalismo, Desenvolvimento e Instabilidade Democrática*”. Mimeo. ANPOCS, 1992.
- CANO, W. *Da Década de 1920 à 1930: Transição rumo à crise e à industrialização do Brasil*. Revista EconomiA. Brasília. Volume 13, número 3b, p. 897-916, setembro/dezembro 2012.
- CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e Democratização*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- CARVALHO, J. M. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. In. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997.

- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*: 11ª ed.: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- D'ARAUJO, M.C. *Estado, classe trabalhadora e políticas sociais*. In: FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N (organizadores). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. O Brasil Republicano*: vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.
- DELFIN NETO, A. *O problema do café no Brasil*: São Paulo, 1959.
- DINIZ, E. *A progressiva subordinação das oligarquias regionais ao governo central*. In: SZMRECSÁNYI, T; GRANZIERA, R.G. (organizadores). *Getúlio Vargas e a economia Contemporânea*: 2ª ed.: revista e ampliada. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- DINIZ, E. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DINIZ, E. *CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR (CFCE)*: Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-federal-de-comercio-exterior-cfce>, acesso em: 01/04/2020.
- DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses: 1930-1960*: 2ª ed.: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- EARP, F. S.; KORNIS, G. *O desenvolvimento econômico sob Getúlio Vargas*. In: *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2004. p. 29-36.
- FAUSTO, B. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*: 13ª ed.: São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2ª ed.: São Paulo: EDUSP, 1995.
- FAUSTO, B. *História Concisa do Brasil*: 3ª ed.: São Paulo: Edusp, 2015.
- FRITSCH, W. *A Ordem do Progresso*: São Paulo: Campus, 1995.
- FIORI, J. L. *O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro*: Novos Estudos CEBRAP N.º 40, novembro 1994, pp. 125-144.
- FONSECA, P.C.D. *Vargas no contexto da Primeira República*. In: SZMRECSÁNYI, T; GRANZIERA, R.G. (organizadores). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*: 2ª ed. revista e ampliada. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- FREITAS FILHO, A. P. *O Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (1926-1931) e a política fluminense de defesa do café na segunda metade da década de 1920: contribuição ao estudo de sua gênese e funcionamento*: Cadernos do Desenvolvimento Fluminense: Rio de Janeiro, 2013.

- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*: 32ª ed.: São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GOMES, Ângela. *A Invenção do Trabalhismo*: 3ª ed.: Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- HILBERT, V. S. *Dívida pública brasileira: uma análise do ciclo de endividamento da República Velha*: São Paulo: INSPER, 2010. Disponível em: http://dspace.insper.edu.br/xmlui/bitstream/handle/11224/633/Vinicius%20Santos%20Hilbert_trabalho.pdf?sequence=1, acesso em 25/03/2020.
- HOCHMAN, G. *Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945)*: Curitiba: Editora UFPR, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n25/n25a09.pdf>, acesso em: 20/04/2020.
- HOLLOWAY, T. H. *Vida e Morte do Convênio de Taubaté: A Primeira Valorização do Café*: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LANNA JÚNIOR, M.C.M. *Tenentismo e crises políticas na Primeira República*. In: FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N (organizadores). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. O Brasil Republicano*: vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.
- LOURENÇATO, R. V. *Reposicionamento regional brasileiro pós-Segunda Guerra: um reflexo dos interesses políticos e das possibilidades internacionais (1930-1945)*: Uberlândia: UFU – IERI, disponível em: <https://repositorio.ufu.br>, acessado em: 10/04/2020.
- MACEDO, A. R. C. *Presente, passado e futuro: perspectivas dos intelectuais autoritários e do tenentismo sobre a república liberal-oligárquica*: Juiz de fora, 2015.
- MAGRO JUNIOR, B. S. *Política Pendular em Relações Internacionais na Era Vargas de 1930 a 1945 – o Comércio Exterior à luz da Teoria Política de Ator Racional*. Brasília: UnB, 2004.
- MARTINS, L. *A Revolução de 1930 e seu significado político*. In: *Revolução de 30. Seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas*: Brasília: UnB, 1982.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Discursos selecionados do Presidente Getúlio Vargas*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010. p.51-55
- MONTEIRO, L. A. *A Ideologia da Modernização Burocrática e seu papel na implantação do Estado Nacional Desenvolvimentista Brasileiro*: Rio de Janeiro: EnANPAD, 2011.
- NEVES, F. C. *Getúlio e a seca: Políticas Emergenciais na Era Vargas*: São Paulo: Revista Brasileira de História, Vol.21, nº 40, 2001.

OLIVEIRA, L. L. REVOLUÇÃO DE 1930: Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>, acesso em: 01/04/2020.

PAIM, P. *Salário Mínimo uma história de luta*: Senado Federal: Brasília, 2005.

PANDOLFI, D. C. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. N. (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 3ª ed.: Vol. 2: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 15-37.

PESSOA, G. T. A. *Caixa de Conversão*, 2019. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/>, acesso em: 29/03/2020.

PINHEIRO PEDRO, A. F. *A volta do pêndulo: hora do retorno ao autoritarismo no Brasil*. Disponível em: <http://www.ambientelegal.com.br/a-volta-do-pendulo-hora-do-retorno-ao-autoritarismo-no-brasil/>, acessado em: 01/04/2020.

PRADO JÚNIOR, C. *História Econômica do Brasil*: 38ªed.: São Paulo: Brasiliense, 1990.

PRZEWORSKI, A. *Democracia e Mercado no Leste Europeu e na América Latina*: Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

REIS, E. *Estado Nacional como Ideologia*. *Revista de Estudos Históricos*: vol. 1, n. 2: Rio de Janeiro: FGV, 1988. p. 187-203

SANTOS, L. A. *O Brasil Republicano e a Breve Década de 20*: Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery: Juiz de Fora: [http://re.granbery.edu.br:N. 3](http://re.granbery.edu.br:N.3), JUL/DEZ 2007

SANTOS, W. G. “*A gênese da ordem*”. In: *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SCHWAITZER, L. B. S. *A Justiça Federal na Era Vargas*: Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2012. Disponível em: www.digital.fgv.br, acesso em: 27/04/2020;

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*: São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, J. A. *Curso de Direito Constitucional Positivo*: 26ª ed.: São Paulo: Malheiros, 2004.

SKIDMORE, T.E. *Brasil: de Getúlio a Castello*: São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA NETO, C. P.; SARMENTO, D. *Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho*: 2ª ed.: Belo Horizonte: Fórum, 2017

STEPAN, A. *Os Militares na Política*: Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TAVARES, M. C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*: 4ª ed.: Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

VARGAS, E. *Os discursos de Vargas e as Políticas Sociais no Brasil de 1930 a 1940*: Florianópolis: UFSC, 2007.

VENÂNCIO FILHO, A. CÓDIGO DE MINAS: Disponível em:
<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/codigo-de-minas>, acesso: em
01/04/2020.

WEFFORT, F. *O Populismo na Política Brasileira*: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.